

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SÓCIOECONÔMICAS –
ESAG/CCA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Florianópolis, Outubro de 2019.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2. HISTÓRICO DO CURSO	6
2.1 Antecedentes históricos e o contexto da Udesc/Esag:	6
2.2 O curso de bacharelado em Administração Pública da Udesc/Esag	8
2.3 Relação entre a graduação e a pós-graduação	14
2.4 Atos legais de alterações curriculares ao longo do Curso	15
3. OBJETIVOS DO CURSO	17
3.1 Objetivo geral	17
3.2 Objetivos específicos	17
3.3 Vocação do curso	18
4. PERFIL PROFISSIONAL	18
5. PROPOSTA PEDAGÓGICA	20
5.1 Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração Pública - Bacharelado	23
5.2. Duração do curso e período de integralização	23
5.3 Estrutura curricular	24
5.3.1 <i>Matriz curricular vigente</i>	24
5.3.2 <i>Matriz curricular proposta</i>	33
5.3.3 <i>Ementas e bibliografias das disciplinas do currículo proposto</i>	41
5.4 Quadro de equivalência	66
5.5 Aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para temas transversais:	68
5.6 Proposta de transição curricular	70
5.7 Plano de implantação do currículo proposto.	71
5.8 Descrição dos enfoques	71
5.8.1 <i>Tecnologias de Informação e comunicação – TIC's no processo ensino – aprendizagem</i>	72
5.9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	76
5.10 Atividades Complementares	76
5.11 Utilização de 20% de sua carga horária na modalidade a distância	77
6. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS FRENTE À AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	80
7. VERIFICAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	83
8. CORPO DOCENTE DO CURSO	86

8.1 Identificação dos docentes do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação	86
9. RECURSOS NECESSÁRIOS	87
9.1 Recursos humanos	87
9.1.1 Identificação dos docentes a contratar por disciplina	87
9.1.2 Relação dos técnicos universitários a contratar	87
9.2 Recursos materiais	87
10. ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA	90
11. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	97
12. REFERÊNCIAS	98
ANEXO 1 – ESTRATÉGIA DIDÁTICA	100

APRESENTAÇÃO

Em março de 2019, a Chefe do Departamento de Administração Pública Ivoneti Ramos designa a Comissão específica para elaboração desta Reforma Curricular, composto pelos professores Leonardo Secchi (Presidente), Sulivan Desirée Fischer, José Francisco Salm Jr., Ivoneti Ramos, Janice Mileni Bogo e acadêmico André Augusto Manoel. A comissão específica da Reforma Curricular foi ampliada em Agosto de 2019, já na gestão do Chefe de Departamento Arnaldo José de Lima, a partir da participação, além dos membros originais, dos professores Arnaldo José de Lima, Maria Carolina Martinez Andion, Denilson Sell, Mauro Boppré Goulart e acadêmico Lucas Almeida.

A comissão da Reforma teve como objetivo compilar os trabalhos já realizados por comissões anteriores, bem como apresentar uma proposta de reforma curricular adequada aos tempos atuais e às novas exigências de formação do Administrador Público.

Alguns fatores contribuíram sobremaneira para a necessidade de realização da reforma do Projeto Pedagógico do Curso de bacharelado em Administração Pública foram:

- O mais recente PPC do curso de Administração Pública ficou em vigência desde 2007, por 12 anos, o que evidenciava uma defasagem temporal curricular;
- A Emergência de novas temáticas relativas à Gestão Pública, Política e Políticas Públicas, Inovação no Serviço Público e Governança Pública tornaram alguns conteúdos do curso defasados, bem como o surgimento de novas abordagens, estratégias pedagógicas, ferramentas e métodos;
- O âmbito da atuação profissional do Administrador Público, bem como de tantas outras profissões, tem sofrido mudanças estruturais com o advento de novas tecnologias sociais e técnicas, transformação digital, e exigência de novas habilidades e competências que não estavam contempladas no PPC de 2007;
- As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) próprias para os cursos de bacharelado em Administração Pública foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2014, o que provocou uma necessidade de alinhamento com as mesmas;
- Uma séries de resoluções dos Conselhos Universitários (CONSEPE, CONSAD, CONSUNI) referentes a reforma curricular, atividades complementares, estágios, validação de disciplinas, carga horária mínima dos cursos de graduação, disciplinas eletivas, avaliação de ensino e aprendizagem, dentre outras, foram aprovadas e implementadas entre 2007 e 2018, as quais ensejaram o alinhamento com os novos parâmetros

institucionais.

Em termos comparativos, a presente proposta altera substancialmente aquela que estava em vigência, com destaques para alterações nos objetivos do curso e sua vocação, o perfil profissional do egresso, a matriz curricular com novas disciplinas, extinção ou fusão de disciplinas, criação de disciplinas “Tópicos Especiais”, atualização de todas as ementas, ampliação da oferta de disciplinas em modalidade EAD, previsão de utilização de TICs no processo de ensino-aprendizagem e mudanças das diretrizes gerais de Trabalho de Conclusão de Curso. Não foram alterados, no entanto, a carga horária total do curso e período de integralização, nem a previsão de recursos necessários (humanos, instalações físicas, materiais, laboratórios, etc), que já são suficientemente contemplados com a estrutura disponível.

Para a composição final desta proposta de Reforma de PPC foram realizada mais de 20 reuniões de trabalho, duas audiências gerais com os acadêmicos no Auditório da ESAG, uma reunião ampliada com a participação dos professores e técnicos do DAP na ACATE, três reuniões do Núcleo Docente Estruturante, quatro reuniões com a Direção de Ensino da ESAG e duas reuniões de verificação com técnicos da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Portanto, a atual proposta de Projeto Pedagógico do Curso é fruto de debate, amadurecimento, reflexão e decisões conjuntas, em um espírito cooperativo e de participação, tão peculiares à comunidade acadêmica de Administração Pública.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome (atual e proposto, se for o caso)	Bacharelado em Administração Pública
Ato de autorização	Resolução Nº 001/2004 - CONSUNI
Ato de reconhecimento	Decreto Estadual Nº 1.694, de 18/09/2008, publicado no Diário Oficial do Estado SC em 18/09/2008
Ato de renovação de reconhecimento	Decreto Estadual 1.366 Diário Oficial SC nº 20.659
Título concedido (atual e proposto, se for o caso)	Bacharel em Administração Pública
Início de funcionamento do curso	02/08/2004
Ano e semestre de implantação da reforma curricular (previsão)	2020.2
Número de vagas por semestre (atual e proposta)	80
Número de fases ¹ (atual e proposta)	8
Carga horária total (atual e proposta)	3.600 horas
Período de Integralização (mínimo e máximo)	Mínimo 4 anos (8 semestres) e máximo 7 anos (14 semestres)
Turno de oferta	Matutino e Noturno
Local de funcionamento (endereço completo e telefones)	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC – CEP 88.035-001 – Telefone (48) 3664-8231
Curículo atual (aprovado pela Resolução nº 40, de 09/11/2017)	Resolução 40/2017 - Consepe

2. HISTÓRICO DO CURSO

2.1 Antecedentes históricos e o contexto da Udesc/Esag:

Para melhor expressar os fundamentos que deram origem ao curso, convém apresentar, ainda que brevemente, a criação da Escola Superior de Administração e Gerência (Esag), primeira instituição estadual de ensino superior de gestão de Santa Catarina. Criada em 1964, para formar e qualificar profissionais/gestores em nível estratégico para o desenvolvimento da gestão pública e privada no estado, tinha como finalidade na sua origem:

¹ Ao longo do texto haverá referências a “fases” e “termos”, que são conceitos equivalentes, sendo “fases” utilizados nas regulamentações da Udesc e “termos” utilizados tradicionalmente na Esag.

1. Criar e manter uma Escola Superior de Administração e Gerência destinada a formar, em nível superior administradores para o desempenho de atividades no setor público e privado;
2. Promover cursos de formação, treinamento e especialização para graduados ou não;
3. Promover ou patrocinar estudos e pesquisas relacionados com o desenvolvimento econômico e o progresso social de Santa Catarina;
4. Promover cursos de pós-graduação abertos aos graduados em – administração, economia, direito, engenharia, serviço social e ciências sociais e políticas. (QUERINO, 2012, p. 56).

Como pode ser observado, dentre os propósitos da Esag, desde sua criação está a formação em nível superior de administradores para o setor público. Desta feita, o currículo de graduação foi dividido em ciclo básico e profissional e conferia grau de bacharel em duas modalidades: Administração Pública e Administração de Empresa.

Em 1966, mudanças em âmbito nacional exigiram a implantação de currículo mínimo e por consequência, adaptações na matriz curricular do curso. Tal reforma, realizada somente em 1980, integrou as modalidades e com isso, o título conferido passou a ser único, bacharel em Administração.

Em 1986, realizou-se uma nova reforma curricular e passou-se a adotar a denominação do curso de graduação em Administração Pública e Privada, com o objetivo de conhecer e aprofundar a reflexão e o entendimento sobre a teoria e a prática administrativa, além de preparar o administrador para exercer suas funções tanto no âmbito público quanto no privado (QUERINO, 2012). Essa alteração buscou resgatar a finalidade da criação da Esag, fundamentada no desenvolvimento econômico e social do estado, para atender às necessidades e aspirações da comunidade catarinense.

As décadas de 1980 e 1990 foram acompanhadas de mobilizações em nível nacional, privilegiando a avaliação da política de educação. As IES buscaram adequar-se a esse movimento, e a Esag desenvolveu o plano quadrienal 1987-1990, com o intuito de repensar as ações de ensino, pesquisa e extensão e fortalecer o lema institucional do Centro, qual seja: Empresa - Escola – Comunidade.

Em 1995, foram implementadas as alterações curriculares para o curso de graduação em Administração. Como consequência, a formação passa a estar orientada para formar administradores de empresas. O curso de Administração passou a privilegiar conteúdos de formação empresarial em detrimento de conteúdos ligados à Administração Pública, que passaram a ser tratadas apenas indiretamente.

Em 2003, a Udesc reconhecendo seu papel estratégico na formação de profissionais para o desenvolvimento do estado e, tendo em vista as mudanças no mercado de trabalho no cenário nacional e catarinense, iniciou um ciclo de expansão político-institucional. A Esag, na mesma direção, buscando ampliar sua representatividade como Centro e atender a demandas por novos profissionais, efetuou o alargamento de suas atividades por meio da criação de novos cursos (Administração de Serviços Públicos – 2004 e Ciências Econômicas – 2008).

A partir dessa janela de oportunidade no espaço institucional, além da mobilização nacional em busca de solução para os problemas públicos, foi criado o curso de Administração de Serviços Públicos na Esag, posteriormente transformado em Administração Pública.

2.2 O curso de bacharelado em Administração Pública da Udesc/Esag

O curso de Administração Pública da Esag/Udesc, inicialmente denominado Administração de Serviços Públicos, foi aprovado pela Resolução nº 001/2004 - CONSUNI, de 25 de março de 2004. Iniciou as atividades em 02 de agosto de 2004, com duas turmas, uma em Florianópolis e outra em Balneário Camboriú – fora de sede, ambas no período matutino.

O objetivo do curso de acordo com seu PPC original de 2004 era o de habilitar profissionais para a coprodução de serviços públicos e a gestão de seus sistemas, sejam eles, órgãos públicos, organizações do terceiro setor, empresas privadas que estivessem comprometidas com ações de responsabilidade social e o bem comum (ESAG, 2004). O egresso do curso deveria ser capaz de equalizar os interesses da sociedade e a oferta de serviços públicos, preferencialmente coproduzidos, com organizações públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor.

Na proposta pedagógica do curso se propôs formar profissionais orientados a concepção do modelo de administração do Novo Serviço Público. A base epistemológica previa significativa carga horária para a área das humanidades, colocando em destaque o interesse público e os direitos sociais. A primeira matriz curricular do curso de Administração de Serviços Públicos (2004), contemplou formação básica, profissional e complementar, conforme detalhado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Primeira Matriz Curricular do Curso Administração de Serviços Públicos (2004)

Formação básica	Formação Profissionalizante	Formação Complementar
<ul style="list-style-type: none"> • Ciência Política e Administração do Estado • Comportamento Humano e Organizacional • Comunicação nas Relações Humanas • Contabilidade Pública • Direito Administrativo • Economia • Ética na Administração Pública • Filosofia • Metodologia Científica • Psicologia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Patrimonial e de Materiais • Administração de Recursos Humanos • Administração de Serviços • Administração Estratégica • Finanças Públicas • Logística • Marketing Social • Orçamento Público • Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual • Sistemas de Informações Gerenciais • Teoria Geral de Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração da Justiça Comunitária • Articulação do Capital Social via Políticas Públicas • Avaliação de Serviços Públicos • Captação de Recursos • Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local • Co-Produção em Redes de Serviços Públicos • Desenvolvimento Sustentável e Regionalidade • Economia Social e Novas Formas Associativas • Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais • Estudos sobre a Realidade Catarinense • Gestão de Organizações do Terceiro Setor • Gestão de Serviços Sociais • Legislação do Terceiro Setor e de Proteção Social • Metodologias de Planejamento Participativo • Responsabilidade Social Corporativa • Tecnologia Apropriada
Estudos quantitativos e tecnologias	Disciplinas de tópicos especiais e atividades complementares	Estágio e trabalho de conclusão de curso
<ul style="list-style-type: none"> • Estatística • Jogos de Serviço Público • Matemática • Métodos Quantitativos • Métodos e Técnicas de Pesquisa Social • Pesquisa Operacional • Tecnologia de Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades complementares • Tópicos especiais em administração de serviços públicos (Direito Tributário, entre outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado I e II • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) • Ao concluir a primeira etapa do estágio, o aluno elabora relatório escrito, ponto de partida para a segunda etapa. • Ao concluir a segunda etapa, submete a seu orientador o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado em conformidade com os demais critérios estabelecidos para o Estágio Supervisionado.

Fonte: Esag, 2004.

Em 2005, percebeu-se a necessidade de uma reforma para concentrar temas dispersos na matriz curricular, diante da dificuldade de encontrar professores preparados para ministrar conteúdos específicos (SALM, et.al., 2011).

Em 28 de março de 2005 a Resolução 002/05 – CONSUNI aprovou o Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos e as alterações

do 7º e 8º termos² foram aprovadas pelo CONCENTRO e encaminhados à PROEN. Com a publicação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração em 2005, houve necessidade de adequação do nome do curso. A partir de 2007/2, com a implantação do projeto pedagógico, o curso passou a denominar-se Curso de Graduação em Administração Pública para os ingressos a partir do segundo semestre de 2007. Esta nova grade está exposta no Quadro 2:

QUADRO 2 – Segunda Matriz Curricular do Curso Administração de Serviços Públicos (2005 - 2007)

Formação básica	Formação Profissionalizante	Formação Complementar
<ul style="list-style-type: none"> • Ciência Política e Organização do Estado • Contabilidade Pública • Direito Administrativo • Filosofia • Fundamentos de Economia • Psicologia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração de Recursos Humanos em Administração Pública • Administração Municipal • Administração de Serviços Públicos I e II • Comunicação e Negociação nos Serviços Públicos • Estratégia em Organizações Públicas • Ética na Administração Pública • Finanças Públicas • Gestão de Espaços Urbanos • Licitações e Logística na Administração Pública • Marketing de Serviços Públicos • Metodologia Científica em estudos de Administração Pública • Orçamento Público • Pesquisa Social • Sistemas de Informações Gerenciais • Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos • Teorias de Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local • Co-Produção de Serviços Públicos I e II • Desenvolvimento de Lideranças • Desenvolvimento de Projetos Públicos • Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade • Estudos sobre a Realidade Catarinense • Gestão de Contratos e de Prestação de Serviços Públicos • Gestão de Organizações do Terceiro Setor • Legislação do Terceiro setor e de proteção social • Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos • Metodologias de Planejamento Participativo • Plataformas de Sistemas para Governo: o Estado Virtual • Políticas Públicas • Responsabilidade Social Corporativa • Relações Intergovernamentais • Sistemas de Accountability
Estudos quantitativos e tecnologias	Disciplinas de tópicos especiais e atividades complementares	Estágio e trabalho de conclusão de curso
<ul style="list-style-type: none"> • Estatística • Matemática • Tecnologia de Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades Complementares I e II • Tópicos especiais em Administração de Serviços Públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário de Estágio • Estágio Supervisionado I e II • Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) O Estágio supervisionado I é realizado no 6º termo e o Estágio II no 7º termo. O Seminário de Estágio é uma disciplina sem ementa e sem conteúdos pré- definidos,

² Ao longo do texto haverá referências a “fases” e “termos”, que são conceitos equivalentes, sendo “fases” utilizados nas regulamentações da Udesc e “termos” utilizados tradicionalmente na Esag.

		abordando assuntos atuais de interesse da Administração de Serviços Públicos sobretudo em relação à elaboração do TCC.
--	--	--

Fonte: Projeto político-pedagógico do Curso de Administração de Serviços Públicos (DAP, 2005).

Aconteceram também outras alterações decorrentes de políticas e regulamentações da própria Udesc, que adotou a reformulação de 15 para 18 horas/aula por crédito, e da Direção da Esag que determinou que 30% das disciplinas oferecidas fossem comuns a todos os cursos do Centro. A nova grade do curso, aprovada em 2007, é exposta no Quadro 3:

QUADRO 3 – Terceira Matriz Curricular do Curso Administração de Serviços Públicos (2008)

Formação básica	Formação Profissionalizante	Formação Complementar
<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia Política • Contabilidade Pública • Direito Administrativo • Ética na Administração Pública • Filosofia • Fundamentos de Ciência Política • Instituições de Direito Público e Privado • Metodologia Científica e da Pesquisa • Psicologia • Sociologia • Teoria Econômica I • Teoria Econômica II 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública • Administração de Recursos Humanos • Administração Municipal • Administração Pública e Sociedade • Administração Pública I • Administração Pública II • Administração Pública III • Co-produção dos Serviços Públicos • Finanças Públicas • Gestão de Espaços Urbanos • Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos • Marketing de Serviços Públicos • Orçamento Público • Organização, Sistemas e Métodos • Planejamento Público • Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual • Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos • Teoria Geral da Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Comunitário e Poder Local • Desenvolvimento de Lideranças • Desenvolvimento de Projetos • Públicos • Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade • Gestão da Responsabilidade sócio-ambiental • Gestão de Organizações do Terceiro Setor • Medicinação e Negociação no Setor Público • Metodologias de Avaliação dos Serviços Públicos • Políticas Públicas • Relações Intergovernamentais • Sistemas de Accountability
Estudos quantitativos e tecnologias	Disciplinas de tópicos especiais e atividades complementares	Estágio e trabalho de conclusão de curso
<ul style="list-style-type: none"> • Métodos Estatísticos • Gestão de Sistemas da Informação • Matemática • Tecnologia Básica 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades Complementares 	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado I e II

da Informação e da Comunicação aplicada à Administração (EaD)		
---	--	--

Fonte: Projeto político-pedagógico do Curso de Administração Pública (DAP, 2007).

No ano de 2010, por meio da [Resolução nº 053/2010-CONSUNI](#), o curso fora de sede ofertado pela Esag na cidade de Balneário Camboriu encerrou as vagas no vestibular, em função da criação do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI/UDESC), bem como ampliou, em 10 (dez), o número de vagas do curso de Administração Pública da ESAG em Florianópolis.

Ao longo da execução do curso, foram realizados ajustes curriculares para acondicionar as necessidades de cada época. Um resumo dos ajustes realizados em 2011, 2012 e 2017 encontra-se a seguir.

Em 2011, pela Resolução Nº 026/2011–CONSEPE, foi aprovada, nos termos constantes do Processo nº 13261/2011, a alteração do Quadro de Equivalência de Disciplinas, constante da Resolução nº 097/2007 –CONSUNI, com a inclusão de equivalência entre as disciplinas descritas no Quadro 4:

QUADRO 4 – Inclusão de equivalência na Matriz Curricular do Curso Administração Pública de 2007

DISCIPLINA	TERMO	CRED.	DISCIPLINA	TERMO	CRED.
Ciência Política e Organização do Estado	2	4	Fundamentos de Ciência Política	2	2
Estudos sobre a Realidade Catarinense	2	4	Teoria Econômica I	2	4
Legislação do Terceiro Setor e de Proteção Social	3	4	Instituições de Direito Público e Privado	1	4
Metodologias de Planejamento Participativo	5	4	Administração Pública II	5	4
Pesquisa Social	6	4	Administração Pública III	6	4

Fonte: Esag (2011)

Em razão da inclusão das equivalências acima, o Quadro de Equivalência de Disciplinas do Curso de Graduação em Administração Pública passa a vigorar na forma do Anexo Único da Resolução Nº 026/2011–CONSEPE.

Em 2012, por meio da Resolução Nº 020/2012, foi realizada alteração no estágio obrigatório do curso. Duas alterações foram realizadas, conforme incisos I e II do Artigo 1º,

transcrito abaixo:

I-a disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, do 7º termo, passa a ter o seguinte pré-requisito: “Ter cursado 116 créditos com aproveitamento, afora os créditos de Atividades Complementares”;

II -a disciplina Estágio Curricular Supervisionado II, do 8º termo, passa a ter como pré-requisito a disciplina Estágio Curricular Supervisionado I.

A íntegra da Resolução Nº 020/2012 - CONSEPE pode ser conferida na Secretaria dos Conselhos da Udesc.

Em 2013, a [Resolução nº 072/2013-CONSUNI](#) amplia, de 50 (cinquenta) para 80 (oitenta), o número de vagas semestrais, com a oferta do curso nos períodos matutino e noturno, ambos em Florianópolis. O curso de Administração Pública noturno é regido pelo mesmo Projeto Pedagógico do Curso matutino.

No ano de 2014, as Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de bacharelado em Administração Pública são aprovadas no Conselho Nacional de Educação, sob resolução 1/2014. Esta foi uma vitória de um movimento nacional do Campo de Públicas, que envolveu cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Gestão Social, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Ciências do Estado. A partir de então, a necessidade de reforma curricular do Curso de bacharelado em Administração Pública da ESAG/Udesc ficou ainda mais latente, vista o imperativo de adequação.

Em 2017, tendo em vista o cenário de crescente oportunidades na área de mobilidade acadêmica, e em consonância com a legislação de Estágios, o Colegiado Pleno decidiu flexibilizar o currículo para que o acadêmico pudesse cursar Estágio Curricular Supervisionado I e II em semestres distintos ou concomitantemente, exigindo-se, para matrícula, que o acadêmico tivesse cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares (Quadro 5).

Deste modo, pela Resolução Nº 040/2017–CONSEPE, tem-se que:

I. O Estágio Curricular Supervisionado I e II será realizado entre o 7º e 8º Termos, podendo ser cursado em semestres distintos ou concomitantemente, exigindo-se, para matrícula, que o acadêmico tenha cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares;

II –os 7º e 8º Termos da matriz curricular do Curso de Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas -ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina –UDESC, passam a vigorar com a seguinte forma:

QUADRO 5 – Ajuste curricular em Estágio Curricular Supervisionado na Matriz Curricular do Curso Administração Pública.

7º Termo	Créd	CH	Pré-requisito
Ética na Administração Pública	2	36	
Desenvolvimento de Projetos Públicos	4	72	
Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	2	36	
Administração Municipal	4	72	
Marketing de Serviços Públicos	4	72	
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	4	72	
Estágio Curricular Supervisionado I	10	180	Ter cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares.
Total	30	540	

8º Termo	Créd	CH	Pré-requisito
Sistemas de Accountability	2	36	
Relações Intergovernamentais	4	72	
Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos	4	72	
Desenvolvimento de Lideranças	2	36	
Gestão de Espaços Urbanos	4	72	
Metodologia de Avaliação de Serviços Públicos	4	72	
Estágio Curricular Supervisionado II	10	180	Ter cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares.
Total	30	540	

Fonte: Esag (2017)

2.3 Relação entre a graduação e a pós-graduação

A relação entre a graduação e a pós-graduação no curso de Administração Pública da Esag/Udesc tem ocorrido, desde a sua origem, por meio da contribuição dos professores do Departamento de Administração Pública (DAP) que ministriavam aulas, realizavam pesquisas e produziam publicações. Este vínculo do Curso de graduação com a pós-graduação stricto sensu começou junto ao Mestrado Profissional; em seguida, os professores passaram a atuar no Mestrado Acadêmico e, posteriormente, contribuíram para a consolidação dos dois Programas de Pós-Graduação em Administração hoje existentes na Esag/Udesc, com a criação do Doutorado em Administração, em 2015. Além disso, alguns professores do Departamento têm contribuído com outros cursos de pós-graduação dos demais Centros da Udesc, bem como professores de outros Centros fazem parte dos Programas de Pós-Graduação da Esag.

Essas contribuições e colaboração intensificaram-se mais a partir da criação e estruturação

dos Grupos de Pesquisa da Esag/Udesc³, sobretudo aqueles dedicados às linhas de pesquisa relacionadas à administração pública. Os grupos de pesquisa, chancelados pela UDESC e cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tiveram um substancial desenvolvimento graças à implantação do Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa (PAP), criado na UDESC e apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), permitindo a consolidação dos grupos e a sua expansão.

Os grupos de pesquisa, nessa trajetória, se tornaram espaços de integração entre ações de ensino, pesquisa e extensão e de formação de jovens pesquisadores, por meio da iniciação científica e da integração entre graduação e pós-graduação. Isso tem feito com que muitos egressos do curso de Administração Pública busquem a carreira acadêmica, ingressando nos mestrados e, posteriormente no doutorado da Esag/Udesc. Atualmente, ex-alunos da graduação e também estudantes da pós-graduação têm atuado como professores substitutos no curso.

A proposta de reforma do Curso de Administração Pública preconiza, portanto, também a integração entre a graduação e a pós-graduação, reforçando a trajetória do Curso no Centro. Desde o primeiro semestre os estudantes serão convidados a conhecer e a experimentar a pesquisa científica, por meio da disciplina Produção do conhecimento científico na Administração Pública. Além disso, durante os diferentes percursos e nas diferentes fases do curso proposto na nova matriz, os alunos serão incentivados a realizar atividades relacionadas à produção de conhecimento, características da Universidade. Desse modo, espera-se continuar preservando e fortalecendo a tradição de formar jovens pesquisadores e futuros cientistas e professores de administração pública.

2.4 Atos legais de alterações curriculares ao longo do Curso

Os seguintes atos legais subsidiaram as alterações curriculares realizadas durante a trajetória do Curso de Administração Pública:

RESOLUÇÃO Nº 002/2005 –CONSUNI - Aprova Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração: Habilitação em Administração de Serviços Públicos, do Centro de Ciências da Administração –ESAG, da Fundação Universidade do Estado de

³ Para conhecer os grupos de pesquisa hoje existentes na Esag/Udesc ver <https://www.udesc.br/esag/gruposdepesquisa>

Santa Catarina –UDESC, que passa a denominar-se Curso Graduação em Administração de Serviços Públicos.

RESOLUÇÃO N° 097/2007 – CONSUNI - Aprova a reforma curricular do curso de Bacharelado em Administração de Serviços Públicos do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas – ESAG da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que passa a ser denominado curso de Bacharelado em Administração Pública.

RESOLUÇÃO Nº 053/2010 – CONSUNI - Extingue o curso de Administração Pública oferecido pela ESAG, fora de sede, em Balneário Camboriú, garantindo-se a conclusão do mesmo aos alunos já matriculados e aos vestibulandos aprovados no Vestibular Vocacionado da UDESC 2011/1, bem como amplia, em 10 (dez), o número de vagas do curso de Administração Pública da ESAG em Florianópolis.

RESOLUÇÃO Nº 026/2011 – CONSEPE - Aprova alteração curricular do Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

RESOLUÇÃO Nº 020/2012 – CONSEPE - Aprova alteração curricular do Curso de Bacharelado em Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

RESOLUÇÃO Nº 072/2013 – CONSUNI - Amplia, de 50 (cinquenta) para 80 (oitenta), o número de vagas semestrais do Curso de Graduação em Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

RESOLUÇÃO Nº 037/2014 – CONSUNI - Amplia o número de vagas dos cursos de graduação em Administração, Administração Pública e Ciências Econômicas, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, e dos cursos de graduação em História, Geografia e Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, para ingresso, através de processo seletivo específico para o semestre 2014-2, de candidatos que aderirem ao Programa de Ações Afirmativas estabelecido pela Resolução nº 017/2011- CONSUNI e suas alterações.

RESOLUÇÃO Nº 074/2014 – CONSUNI - Referenda “in totum” a Resolução nº 037/2014 – CONSUNI, que “Amplia o número de vagas dos cursos de graduação em Administração, Administração Pública e Ciências Econômicas, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, e dos cursos de graduação em História, Geografia e Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, para ingresso, através de processo seletivo específico para o semestre 2014-2, de candidatos que aderirem ao Programa de Ações Afirmativas estabelecido pela Resolução nº 017/2011-CONSUNI e suas alterações.”

RESOLUÇÃO Nº 040/2017 – CONSEPE- Aprova ajuste curricular no Curso de Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

3. OBJETIVOS DO CURSO

Tendo em vista os elementos que motivaram a reforma aqui proposta, descritos na introdução, o curso de Administração Pública passa a ter os seguintes objetivos.

3.1 Objetivo geral

O Curso tem por **objetivo geral** formar administradores públicos que sejam agentes de transformação e atuem para servir ao interesse público, fortalecer a democracia e promover a sustentabilidade.

3.2 Objetivos específicos

Entre os **objetivos específicos** a serem atendidos por este Curso destacam-se os seguintes:

- Formar administradores capazes de atuar em prol do interesse público tanto no governo, quanto nas organizações da sociedade civil e empresariais que promovam a cidadania e coproduzam o bem público, numa perspectiva de governança compartilhada;
- Formar profissionais que atuem na gestão pública de forma inovadora e colaborativa, sendo capazes de lidar com as tecnologias digitais e atuar como protagonistas no movimento de transformação digital das organizações, promovendo a disruptão e buscando propor novas soluções para os

problemas públicos;

- Qualificar gestores que articulem, em sua prática, capacidade técnica e sensibilidade social, atuando com excelência na gestão das organizações, no âmbito das políticas públicas e na atividade política;
- Desenvolver líderes públicos protagonistas, agentes de transformação não apenas da administração pública, mas da sociedade.

3.3 Vocação do curso

Diante da complexidade dos problemas públicos contemporâneos, da questão ecológica e dos desafios colocados à democracia, novos papéis e responsabilidades são exigidas dos administradores públicos. Traduzindo os objetivos deste PPC, o curso de Administração Pública da UDESC/ESAG tem como vocação formar administradores públicos que sejam agentes de transformação e sirvam ao interesse público, fortalecendo a democracia e promovendo a sustentabilidade.

Trata-se de formar administradores capazes de atuar em prol do interesse público tanto no governo, quanto nas organizações da sociedade civil e empresariais que promovam a cidadania e coproduzam o bem público, numa perspectiva de governança compartilhada. Em particular, espera-se que os egressos do curso atuem na gestão pública de forma inovadora e colaborativa, sendo capazes de lidar com as tecnologias digitais e de atuarem como protagonistas no movimento de transformação digital das organizações, promovendo a disruptão e buscando propor novas soluções para os problemas públicos. Espera-se também, da parte desses gestores públicos, que articulem na sua prática eficácia e eficiência técnica, efetividade e ação política, atuando com excelência na gestão das organizações, de políticas públicas e na atividade política.

Por meio de quatro percursos de ensino aprendizagem ligados à gestão pública, à política e às políticas públicas, à governança e a coprodução e à inovação no setor público, o curso de Administração Pública da UDESC/ESAG espera formar gestores protagonistas, agentes de transformação não apenas da administração pública, mas da sociedade.

4. PERFIL PROFISSIONAL

O Curso de Administração Pública tem por objetivo formar profissionais com o seguinte

perfil:

Profissional preparado para liderar a gestão e a inovação em organizações públicas, empresariais e da sociedade civil para a coprodução do bem público, e formular, implementar e avaliar políticas públicas tecnicamente consistentes, politicamente viáveis e socialmente relevantes.

Direcionando-se por essa vocação e seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de bacharelado em Administração Pública, o alcance do perfil de egresso ocorrerá por meio da lapidação das seguintes competências, habilidades e atitudes nos formandos:

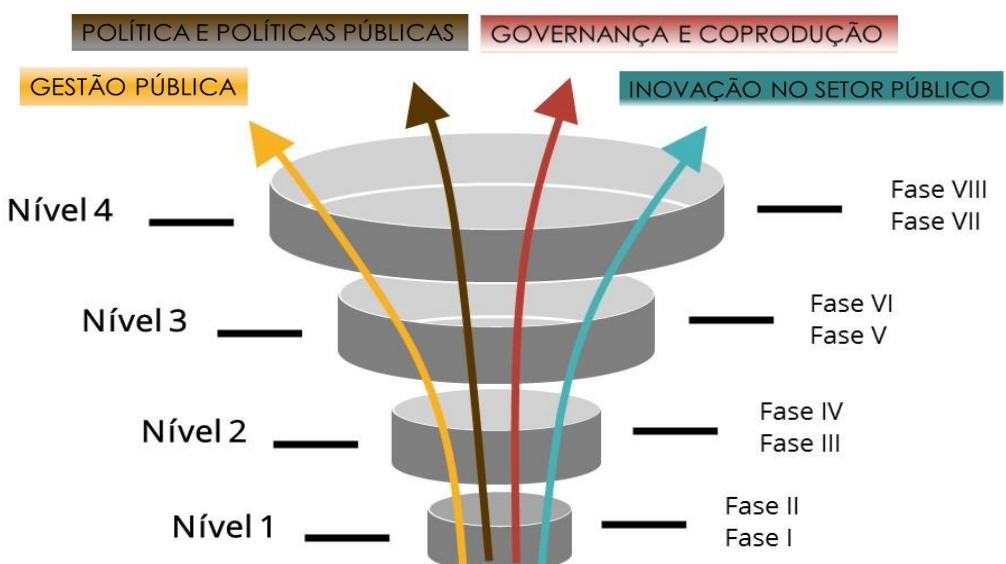
- I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VIII – estar preparado para planejar, gerir e avaliar a prestação de serviços públicos com base nos princípios da eficiência, eficácia, efetividade e justiça social;
- IX – estar preparado para construir redes, coalizões políticas e trabalhar em equipe para a geração de inovações sociais e tecnológicas para o enfrentamento de problemas públicos;
- X – ser capaz e engajado na liderança do processo de articulação e governança de organizações estatais e não-estatais na coprodução do bem público;
- XI – ser capaz de aplicar os critérios para avaliar o desempenho administrativo como o accountability e a responsabilidade compartilhada;

XII – ser um agente de transformação da administração pública em prol do fortalecimento do Estado democrático de direito e da sustentabilidade.

5. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A organização deste Projeto Pedagógico do Curso de bacharelado em Administração Pública adotou uma lógica de organização vertical (percursos de formação) e horizontal (níveis de formação), conforme figura 1:

Figura 1: Percursos e níveis de formação do curso de Administração Pública



Fonte: elaboração própria.

Os percursos de formação são compostos por processos de encadeamento entre disciplinas que possuem convergência entre si e entre os níveis e fases do curso, com a finalidade de gerar uma sequência formativa no estudante, levando em conta a sua futura atuação no mercado de trabalho. Os percursos formativos não são “especialidades” ou “habilitações”. O estudante de Administração Pública participará dos processos formativos de todos os percursos. Entretanto, cada estudante, pode utilizar o percurso como uma maneira de visualizar a sua sequência formativa e se organizar para futura inserção profissional. Para o corpo docente, os percursos formativos têm a função de intensificar os diálogos entre os professores que lecionam disciplinas dos mesmos percursos, com vistas à gerar sinergia e sequência entre as fases e evitar sobreposições de conteúdo.

Os quatro percursos de formação do aluno de Administração Pública são:

- GESTÃO PÚBLICA: voltado para a formação na gestão pública em suas áreas técnicas

e funcionais, envolvendo os aspectos teóricos, sua trajetória e tendências, bem como seu planejamento e gestão;

- POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: voltado para a formação na dimensão política da administração pública, envolvendo a atuação junto aos partidos, poder legislativo, executivo, judiciário e demais instituições, além da gestão das políticas públicas;
- GOVERNANÇA PÚBLICA E COPRODUÇÃO: voltado para formação para o “governo em ação”, entendendo que a governança pública se dá por meio da articulação de diferentes atores e setores na esfera pública (empresas, sociedade civil, organizações para-públicas e governo);
- INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: voltados para formação de agentes de transformação da administração pública, nas seus diversos níveis, poderes e também na ação pública. Envolve a inovação em suas diferentes dimensões tais como econômica, tecnológica, social, ambiental, cultural e produtiva.

Já os níveis de formação consistem na agregação das oito fases de integralização curricular. Esta agregação deu-se em quatro níveis, com o objetivo de delinear tipos de conteúdos distintos para os diferentes níveis, estratégias didáticas específicas para os níveis, e habilidades e competências esperadas para o desenvolvimento em cada nível.

- Disciplinas da 1^a e 2^a fases compõem o 1º nível.
- Disciplinas da 3^a e 4^a fases compõem o 2º nível.
- Disciplinas da 5^a e 6^a fases compõem o 3º nível.
- Disciplinas da 7^a e 8^a fases compõem o 4º nível.

Também espera-se que os níveis de formação sejam úteis para a organização docente numa direção horizontal, provocando troca de experiências e trabalhos integrados entre professores, bem como planejamento conjunto da carga de trabalho discente e feedback do estágio de desenvolvimento dos estudantes a cada nível.

Percursos/Termos	1	2	3	4	5	6	7	8
Gestão Pública	Introdução à Administração Pública Comportamento humano na gestão pública Tópicos Especiais 1	Teorias da Adm. Pública	Adm. Pública brasileira Gestão de estruturas e processos organizacionais Finanças Públicas Comunicação e negociação na esfera pública	Orçamento Público Planejamento Público Gestão de Pessoas na Adm. Pública Licitações e contratos públicos	Contabilidade e aplicada ao setor público Gestão Pública e Governança Marketing e comunicação no setor público	Gestão de custos públicos		Consultoria em Administração Pública Desenvolvimento gerencial e liderança na Administração Pública
Inovação no setor Público	Produção do conhecimento científico na Administração Pública	Introdução à Ciência de Dados		Tecnologia s digitais na Adm. Pública	Inovação no serviço público	Gestão de projetos públicos	Plataformas digitais na Adm. Pública	Tópicos Especiais 4
Política e Políticas Públicas		Ciência Política	Antropologia da Política	Teorias de Política Pública			Análise e avaliação de Pol. Púb.	Tópicos Especiais 3
Governança e Coprodução			Coprodução do bem público		Desenvolviment o territorial sustentável	Sistemas de Accountability Sociedade civil e políticas públicas Gestão da responsabilidade e socioambiental	Tópicos Especiais 2 Gestão de cidades	
Disciplinas de cunho transversal	Direito Constitucional Matemática aplica à Adm. Pública Filosofia Sociologia aplicada à Administração Pública	Direito Administrativo Métodos Estatísticos Economia Aplicada à Adm. Pública	Direito Tributário	Ética na Administração Pública			Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso II

5.1 Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração Pública - Bacharelado

Os fundamentos básicos para composição deste PPC encontram-se na RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelado.

5.2. Duração do curso e período de integralização

A duração do curso é de quatro anos. O tempo mínimo para integralização do curso é de quatro anos (oito semestres) e o tempo máximo de sete anos, ou seja, de 14 (catorze) semestres.

5.3 Estrutura curricular

5.3.1 Matriz curricular vigente

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
1º Termo	1.1	Sociologia	4					72	-	DAP	Ciências humanas
	1.2	Metodologia Científica e da Pesquisa	2					36	-	DAP	Ciências humanas
	1.3	Filosofia	2					36	-	DAP	Ciências humanas
	1.4	Matemática	4					72	-	DAE	Ciências Exatas
	1.5	Administração Pública e Sociedade	4					72	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	1.6	Instituições de Direito Público e Privado	4					72	-	DAE	Ciências Sociais Aplicadas
	1.7	Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação Aplicada à Administração (Ead)	4					72	-	DAE	Ciências Exatas
TOTAL			24					432	-	-	-

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
2º Termo	2.1	Organização, Sistemas e Métodos	2					36		DAE	Ciências Sociais Aplicadas
	2.2	Métodos Estatísticos	4					72		DAE	Ciências Exatas
	2.3	Teoria Econômica I	4					72		DCE	Ciências Sociais Aplicadas
	2.4	Fundamentos de Ciência Política	2					36		DAP	Ciências humanas
	2.5	Teoria Geral da Administração Pública	4					72	Administração Pública e Sociedade	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	2.6	Psicologia	4					72		DAP	Ciências Humanas
TOTAL			20					360			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
3º Termo	3.1	Gestão de Sistemas de Informação	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.2	Teoria Econômica II	4					72	Teoria Econômica I	DCE	Ciências Sociais Aplicadas
	3.3	Finanças Públicas	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.4	Coprodução de Serviços Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.5	Direito Administrativo	4					72	Instituições de Direito Público e Privado	DAE	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			20					360			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
4º Termo	4.1	Planejamento Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.2	Administração Pública I	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.3	Administração de Recursos Humanos	4					72		DAE	Ciências Sociais Aplicadas
	4.4	Antropologia Política	4					72		DAP	Ciências humanas
	4.5	Orçamento Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			20					360			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
5º Termo	5.1	Contabilidade Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.2	Políticas Públicas	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.3	Administração Pública II	4					72	Administração Pública I	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.4	Licitações e Contratos na Prestação de Serviços Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.5	Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	TOTAL		20					360			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
6º Termo	6.1	Gestão de Organizações do Terceiro Setor	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.2	Mediação e Negociação no Setor Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.3	Administração Pública III	4					72	Administração Pública II	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.4	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.5	Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			20					360			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
7º Termo	7.1	Marketing de Serviços Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.2	Ética na Administração Pública	2					36		DAP	Ciências humanas
	7.3	Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	2					36		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.4	Administração Municipal	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.5	Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	4					72		DAP	Ciências Exatas
	7.6	Desenvolvimento de Projetos Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.7	Estágio Curricular Supervisionado I	10					180	Ter cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares		Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			30					540			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré-requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
8º Termo	8.1	Desenvolvimento de Lideranças	2					36		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.2	Sistemas de Accouability	2					36		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.3	Gestão de Espaços Urbanos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.4	Relações Intergovernamentais	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.5	Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.6	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.7	Estágio Curricular Supervisionado II	10					180	Ter cursado um total igual ou superior a 116 créditos com aproveitamento, desconsiderando-se nessa somatória as Atividades Complementares		Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			30					540			

5.3.1.1 Resumo da carga horária do curso vigente

Distribuição da Matriz	Créditos	Carga Horária
Total em Disciplinas Obrigatórias	164	2.952
Total em Disciplinas Optativas		
Total em Disciplinas Eletivas		
Trabalho de Conclusão de Curso		
Estágio Curricular Supervisionado	20	360
Atividades Complementares	16	288
Total Geral	200	3.600

5.3.2 Matriz curricular proposta

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
1º Termo	1.1	Introdução à Administração Pública	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	1.2	Comportamento Humano na Gestão Pública	4					72	-	DAP	Ciências Humanas
	1.3	Matemática aplicada à Administração Pública	4					72	-	DAP	Ciências Exatas
	1.4	Filosofia	2					36	-	DAP	Ciências Humanas
	1.5	Tópicos Especiais 1	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	1.6	Sociologia aplicada à Administração Pública	2					36	-	DAP	Ciências Humanas
	1.7	Produção do Conhecimento Científico na Administração Pública (EaD)	2					36	-	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	1.8	Direito Constitucional	4					72		DAP	Ciência Jurídica
TOTAL			22					396	-	-	-

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
2º Termo	2.1	Teorias da Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	2.2	Direito Administrativo	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	2.3	Métodos Estatísticos	4					72		DAP	Ciências Exatas
	2.4	Economia aplicada à Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	2.5	Ciência Política	4					72		DAP	Ciências Humanas
	2.6	Introdução à Ciência de Dados (EaD)	4					72		DAP	Ciências da Computação
TOTAL			24					432			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
3º Termo	3.1	Direito Tributário	2					36		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.2	Antropologia da Política	2					36		DAP	Ciências Humanas
	3.3	Administração Pública Brasileira	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.4	Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.5	Finanças Públicas (EaD)	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.6	Comunicação e Negociação na Esfera Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	3.7	Coprodução do bem público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			24					432			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
4º Termo	4.1	Teorias de Política Pública (EaD)	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.2	Licitações e Contratos Públicos	2					36		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.3	Orçamento Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.4	Ética na Administração Pública	2					36		DAP	Ciências Humanas
	4.5	Planejamento Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	4.6	Tecnologias Digitais na Administração Pública	4					72		DAP	Ciências da Computação
	4.7	Gestão de Pessoas na Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			24					432			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
5º Termo	5.1	Desenvolvimento Territorial Sustentável	4					72		DAP	Ciências da Terra
	5.2	Contabilidade aplicada ao Setor Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.3	Gestão Pública e Governança	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.4	Marketing e Comunicação no Setor Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	5.5	Inovação no Serviço Público	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			20					360			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
6º Termo	6.1	Sistemas de Accountability	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.2	Gestão de Projetos Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.3	Gestão de Custos Públicos	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.4	Sociedade Civil e Políticas Públicas	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	6.5	Gestão de Responsabilidade Socioambiental	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			20					360			

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
7º Termo	7.1	Plataformas Digitais na Adm. Pública	4					72		DAP	Ciências da Computação
	7.2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.3	Gestão de Cidades	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.4	Tópicos Especiais 2	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	7.5	Trabalho de Conclusão de Curso I	10					180	**	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			26					468			

** Será pré-requisito para a matrícula em Trabalho de Conclusão de Curso I, que o estudante tenha integralizado 110 créditos no curso.

Continua...

Fase	Código	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		C.H. Docente por Disciplina	Pré- requisito	Departamento	Área de conhecimento
			Teórico	Prático	Total	Teóricas	Práticas				
8º Termo	8.1	Consultoria em Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.2	Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.3	Tópicos Especiais 3	2					36		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.4	Tópicos Especiais 4	4					72		DAP	Ciências Sociais Aplicadas
	8.5	Trabalho de Conclusão de Curso II	10					180	Trabalho de Conclusão de Curso I	DAP	Ciências Sociais Aplicadas
TOTAL			24					432			

5.3.2.1 Resumo da carga horária da matriz proposta

Distribuição da Matriz	Créditos	Carga Horária
Total em Disciplinas Obrigatórias	164	2.952
Trabalho de Conclusão de Curso	20	360
Atividades Complementares	16	288
Total Geral	200	3.600

5.3.3 Ementas e bibliografias das disciplinas do currículo proposto

1º Termo

Disciplina: Introdução à Administração Pública

Ementa:

O Estado Brasileiro: poderes, instituições e relações. Princípios da administração pública. Estrutura da administração pública direta e indireta, a esfera pública não governamental e suas relações. Setores e atribuições da administração pública. O campo profissional e o papel do administrador público.

Bibliografia Básica:

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
 DENHARDT, R. B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
 PEREIRA, José Matias. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

HARMAN, Willis; HORMANN, John. O Colapso do Velho Paradigma. In: BENNIS, Warren G; RAY, Michael; RINZLER, Alan. O Novo Paradigma nos Negócios: estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.
 PEREIRA, José Matias. Governabilidade, governança e accountability. In: Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
 SALAMONI, L. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. 2.ed. Rio de Janeiro, GIFE, Paz e Terra, 1997.
 SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e reformas na Administração Pública. RAP, Rio de Janeiro, 43 (2), 347-69, mar./abr. 2009.
 TORRES, M. D. F. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

Disciplina: Comportamento Humano na Gestão Pública

Ementa:

Relação indivíduo, Organização e Trabalho; O sentido do trabalho; Formação do Sujeito; Inteligência Emocional; Vínculos do Indivíduo com a Organização: satisfação, envolvimento, motivação, comprometimento; Processos de Aprendizagem nas Organizações; Formação e Desenvolvimento de Equipes.

Bibliografia Básica:

GRIFFIN, Ricky W.; MOORHEAD, Gregory. Comportamento organizacional: gestão de

pessoas e organizações. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antônio V. B. (org). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014. COSTA, Silvia Generali da. Comportamento organizacional: cultura e casos brasileiros. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

DAVIDOFF, L. Introdução à Psicologia. Ed Makron Books, São Paulo. 2001.

GAZZANIGA, Michael S.; HEATHERTON, Tood F. Ciência Psicológica: Mente, cérebro e Comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005

MARQUES, José Carlos. Comportamento organizacional. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SPECTOR, Paul E. Psicologia nas Organizações. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Direito Constitucional

Ementa:

Teoria Geral do Direito. Ordenamento jurídico. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Conceito de Constituição. Formação Constitucional do Brasil. Poder constituinte. Poder de reforma. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Pacto federativo. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem social.

Bibliografia Básica:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente,. Direito constitucional descomplicado. 16. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense, Método, 2017 1006 p.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 29. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2014. 861 p. ISBN 9788539202294.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 38. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010. 966 p. ISBN 9788539202744.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2004.

BRASIL. A Constituição e o Supremo. Disponível em <https://constituciao.stf.jus.br/#/>

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 1627 p

MENDES, Gilmar Ferreira,; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10. ed., rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2015. 1470 p. (Série IDP). ISBN 9788502622746

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 958 p. ISBN 9788522498550.

Disciplina: Matemática aplicada à Administração Pública

Ementa:

Porcentagem, Variação Absoluta e Relativa. Funções, gráficos e modelagem matemática. Derivadas, Interpretação Geométrica da Derivada, Taxa de Variação Instantânea, Máximos e Mínimos de Funções. Juros simples e compostos. Taxa de juros. Série uniforme de pagamentos. Sistemas de Amortização. Análise de investimentos.

Bibliografia Básica:

- FLEMMING, D. M. E GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6^a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira, 4^a ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.
- SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática para cursos de economia, administração, ciências contábeis. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

- ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- CASAROTTO FILHO, Nelson.; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MORETTIN, P.A., et al. Cálculo: funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2010.
- HAZZAN, Samuel e POMPEU, José Nicolau. Matemática financeira. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada, 6^a ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Disciplina: Filosofia

Ementa:

Conceito de filosofia. Conhecimento científico e filosófico. Lógica, linguagem e argumentação. Elementos de filosofia política: as esferas pública e privada, Estado, justiça, bem comum, responsabilidade. Razão e racionalidade.

Bibliografia Básica:

- BONJOUR, L.; BAKER, A. Filosofia: Textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- REALE, G.; ANTISERI, D. História da filosofia. São Paulo: Paulus, 2005.

Bibliografia Complementar:

- ADLER, M. J. Aristóteles para Todos: uma introdução simples a um pensamento complexo. São Paulo: É Realizações, 2010.
- ARENDT, H. A condição humana. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- NAGEL, Thomas S. Uma breve introdução à filosofia. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- RUSSEL, B. História do Pensamento Ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Disciplina: Tópicos Especiais 1

Ementa: Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de Gestão Pública.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

Disciplina: Sociologia Aplicada à Administração Pública

Ementa:

Fundamentos de sociologia e de sociologia política. Estado, Governo, Administração Pública e Sociedade: distinção, características e relações. Significado político, social e econômico da Administração Pública. Categorias sociológicas e interface com a administração pública: família, grupo, comunidade, movimentos sociais, classe social, público, organizações e sociedade.

Bibliografia Básica:

- ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.
 DIAS, Reinaldo. Introdução à Sociologia, 2^a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar:

- ARAÚJO, Silvia Maria P. de; BRIDI, Maria Aparecida da Cruz; MOTIM, Benilde Maria Lenzi. Sociologia: um olhar crítico . São Paulo: Contexto, 2009
 COHN, Gabriel (org.). Weber. São Paulo: Ática, 1982
 HARNECKER, Marta. Os conceitos elementares do materialismo histórico. 2^a ed. São Paulo: Global, 1983
 RODRIGUES, José Albertino. Durkheim. São Paulo: Ática, 1984
 STEINER, Philippe. A Sociologia Econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: Produção do conhecimento científico na Administração Pública (EaD)

Ementa:

A ciência e o método científico. A pesquisa como produção do conhecimento científico. O processo da pesquisa: definições de tema/problema, objetivos e metodologia. Projeto de pesquisa. Revisão sistemática de literatura. Sistemas de busca de informações científicas. Tipos de trabalhos acadêmicos. Tipos de pesquisas no campo da Administração Pública.

Bibliografia Básica:

- ANDRADE, M.M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2007.
 FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
 GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar:

- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.
 BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução a metodologia científica. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. De A . Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 SEVERINO, A . J. Metodologia do trabalho científico. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
 VERGARA, S . C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

2º Termo

Disciplina: Teorias da Administração Pública

Ementa:

Patrimonialismo. Estado Moderno e Sociedade. O surgimento da Administração Pública como campo de estudo: o debate sobre a dicotomia entre administração e política. Interfaces entre administração, direito, ciência política e economia. Funções

administrativas (POSDCORB). Teoria da Burocracia. Modelo Racional de Organização. Nova Gestão Pública, o Novo Serviço Público e a Governança Pública. Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais e seus desdobramentos na Administração Pública. Tendências nas teorias da administração pública.

Bibliografia Básica:

- DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. Tradução de 6a edição norte-americana por Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
 LAZZARINI, Sérgio G. Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
 RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

Bibliografia Complementar:

- BUTLER, Eamonn. Escolha Pública: um guia. São Paulo: Bunker Editorial, 2015.
 DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
 DE JOUVENEL, Bertrand. O poder: história natural de seu crescimento. São Paulo: Peixoto Neto, 2016.
 WALDO, Dwight. O estudo da administração pública. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1964.
 WILSON, Woodrow. Estudo da administração (1887). Série Cadernos de Administração Pública, EBAPE/FGV, 1955. (disponível em via digital).

Disciplina: Direito Administrativo

Ementa:

Regime jurídico-administrativo. Administração Pública Direta e Indireta: estrutura e organização. Ato administrativo. Princípios. Atividades da Administração Pública. Poder e Função no âmbito administrativo. Processo Administrativo. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Responsabilidade civil do Estado. Direito Administrativo Sancionador. Sistema Jurídico Anticorrupção. A proteção de dados e o Setor Público. Controle e participação na Administração Pública. Relações Estado sociedade civil: marco legal e instrumentos jurídicos. Estatuto da Cidade.

Bibliografia Básica:

- ALEXANDRINO, Marcelo.; PAULO, Vicente., Direito administrativo descomplicado. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2017. 1168 p.
 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016 1151 p.
 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. lii, 1346 p.

Bibliografia Complementar:

- CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 864 p.
 GASPARINI, Diogenes,. Direito administrativo. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 1101 p.
 MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 14. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 460 p.
 MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balesterio; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015. 910 p.

Disciplina: Métodos Estatísticos

Ementa:

Séries estatísticas e representação gráfica. Preparação e Análise de dados. Medidas descritivas. Modelos probabilísticos. Amostragem. Correlação simples. Regressão Linear. Ferramentas e linguagens estatísticas.

Bibliografia Básica:

BARBETTA, Pedro. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 9 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

LEVINE, David M. et. al. Estatística: Teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

Bibliografia Complementar:

AZMIER, Leonard J. Estatística aplicada à administração e economia. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

DOWNING, D.; Clark, J. Estatística aplicada. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

FREUND, John E. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SPIEGEL, Murray R.; STEPHENS, Larry J. Estatística. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

THURMAN, Paul W. Estatística. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Economia aplicada à Administração Pública**Ementa:**

Conceito e princípios de economia. Modelo de Oferta e Demanda. Estruturas de Mercado. Economia e coprodução do bem público. Teoria dos Jogos. Economia da Informação e do Contrato. Fundamentos da Análise Macroeconômica. Principais Agregados e Modelos Macroeconômicos. Moeda, Inflação e Taxa de Juros. Balanço de Pagamentos. Políticas Macroeconômicas. Indicadores Socioeconômicos. Relações Econômicas Internacionais.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. Introdução a economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2011.

FROYEN, Richard T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2003.

HALL, Robert E, Lieberman, Marc. Microeconomia: princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira, 2003.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2009.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

Disciplina: Ciência Política**Ementa:**

Fundamentos de Ciência Política. Organização do Estado e Ciência Política. População, povo, nação e território. Teorias contratualistas e os referenciais teóricos clássicos. Teorias da democracia e formação do Estado Democrático. Formas e sistemas de governo.

Ideologia e opinião pública. Partidos políticos e instituições da política. Sistemas políticos e eleitorais. Novas formas de organização político-eleitoral. Experimentações e inovações democráticas. Política Global, sistema ONU: papel do Estado brasileiro e cooperação internacional.

Bibliografia Básica:

- BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo. Brasília: Ed.UNB, 1994.
 BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
 WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os clássicos da política. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema político brasileiro: uma introdução. 2 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007
 MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Porto Alegre: L&PM, 1998.
 REIS, Marlon. O Nobre Deputado – Relato Chocante (e verdadeiro) de como nasce, cresce e se perpetua um corrupto na política brasileira. São Paulo: Leya, 2014
 SCHEEFFER, Fernando. Esquerda e direita hoje: uma análise das votações da Câmara dos Deputados. Curitiba: Appris, 2018.
 SROUR, Robert Henry. Classes, regimes, ideologias. São Paulo: Ática, 1987.

Disciplina: Introdução à Ciência de Dados (EaD)

Ementa:

Fundamentos de Ciência de dados. O perfil do cientista de dados. Fontes de dados internas e externas de dados. Big data. Diretório de dados Abertos. Localizando dados abertos. Ciclo de vida da ciência de dados. Ferramentas e técnicas para o tratamento e análise de dados. Aplicações de ciência de dados na administração pública.

Bibliografia Básica:

- PROVOST, Foster; FAWCETT, Tom. Data science para negócios: o que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico de dados. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 383 p.
 AMARAL, Fernando. Introdução a ciência de dados: mineração de dados e big data. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 304 p. ISBN 9788576089346 (broch.).
 MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. Big data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 163 p. ISBN 9788535270907

Bibliografia Complementar:

- KNAFLIC, Cole Nussbaumer. Storytelling com dados: um guia de visualização de dados para profissionais de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017 241 p.
 RAGSDALE, Cliff T. Modelagem de planilha e análise de decisão: uma introdução prática a business analytics. São Paulo: Cengage Learning, 2018. 594 p.
 RIBEIRO JÚNIOR, José Ivo,. Análises estatísticas no Excel: guia prático. 2.ed.rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2013. 311 p
 LEVINE, David M. Estatística: teoria e aplicações: usando o Microsoft® Excel em português . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. xxv, 804 p.
 ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. Dados abertos conectados. São Paulo: Novatec, 2015. 175 p.

3º Termo

Disciplina: Direito tributário

Ementa:

Conceitos, noções gerais e princípios de Direito Financeiro. Receita e despesas públicas. Crédito público. Orçamento público. Lei de Responsabilidade Fiscal. Sistema Tributário Nacional – aspectos constitucionais. Competência tributária. Limitações ao Poder de Tributar. Capacidade Contributiva. Administração Tributária. Federalismo tributário.

Bibliografia Básica:

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
 CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional. 32ed. São Paulo: mealheiros editores, 2019.
 MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

- ATALIBA, Geraldo. República e Constituição. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
 ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6 ed., São Paulo: Malheiros, 2009.
 BALEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
 BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 3. ed. São Paulo: Lejus, 1998.
 TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 7. ed. Rio de Janeiro- São Paulo: Renovar, 2000.

Disciplina: Antropologia da Política**Ementa:**

A antropologia da política e sua aplicação na administração pública: conceitos, métodos e práticas. Fronteiras entre política, economia e religião. A visão antropológica de ideologia e controle social. Cultura e cybercultura. Símbolos, crenças, mitos e valores na política e na sociedade. Cultura política no Brasil. Eleições e voto. Trajetória e carreira política. Antropologia digital e seus impactos na democracia.

Bibliografia Básica:

- KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
 KOTTAK, Conrad Phillip. Um espelho para a humanidade: uma introdução à antropologia cultural. 8. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, Penso, 2013.
 LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar:

- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. O país dos falsos preguiçosos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.35, n.3 , p. 181-96, maio/jun. 2001.
 HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 254 p.
 LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. 270 p.
 SELL, C. E. Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
 WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 17. ed. São Paulo: Cultrix, c2011.

Disciplina: Administração Pública Brasileira**Ementa:**

Trajetória histórica da administração pública brasileira, modelos de administração pública e suas particularidades em relação a outros países. Trajetória das reformas administrativas na administração pública brasileira. Reformas administrativas em diferentes setores e políticas públicas: características e efeitos e limites. Dilemas e perspectivas da administração pública brasileira. Experiências nacionais e internacionais.

Bibliografia Básica:

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. RAP, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa, p. 67-86, 1967-2007.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público, v. 120, n. 1, Jan-Abr, 1996, pp. 07-40.
- CAMPANTE, Rubens Gayatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol, 46, n.1, 2003, pp.153 a 193.

Bibliografia Complementar:

- ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasil: IPEA, Enap, 2018. Cap. 1. Pgs. 23-57.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- PAULA, A. P. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Por que falham as reformas administrativas? Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.
- SCHOMMER, Paula Chies. Gestão pública no Brasil: notícia do teatro de operações. Revista de Administração de Empresas. 43 (4), 102-7, Out/Dez. 2003.

Disciplina: Gestão de Estruturas e Processos Organizacionais

Ementa:

Análise e desenvolvimento organizacional. Estrutura organizacional: organograma; departamentalização; distribuição e racionalização do trabalho; centralização, descentralização e delegação; concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativas nas organizações públicas. Novos modelos organizacionais. Modelos de organização flexível do trabalho. Gestão por processos no serviço público. Metodologias e instrumentos para modelagem e análise de processos.

Bibliografia Básica:

- ARAUJO, Luis Cesar G. de; GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. Gestão de Processos - Melhores Resultados e Excelência Organizacional - 2^a Ed. 2017
- DAFT, Richard L. Organizações: teoria e projetos. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8^a edição. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar:

- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. Estratégias de gestão: processos e funções do administrador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. Administração de Sistemas de Informação. 15 ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2013.
- OLIVEIRA, Djalma de P. Rebouças. Administração de Processos: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2007.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Administração e Contexto Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- REZENDE, Denis Alcides. Sistemas de Informações Organizacionais : guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática . 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em:

<http://site.ebrary.com//lib/bibliotecaudesc/doc?id=10824576>

Disciplina: Finanças Públicas (EaD)

Ementa:

Fundamentos e legislação de finanças públicas. Aspectos econômico-financeiros da tributação e dos dispêndios públicos. Conceito e análise econômico-financeira de receitas, despesas e dívida públicas. Indicadores de gestão e de sustentabilidade fiscal. Política fiscal. Fluxos financeiros e a coprodução do bem público. Transparência fiscal. Finanças públicas comparada.

Bibliografia Básica:

- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
 SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças Públicas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
 RIANI, Flavio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Bibliografia Complementar:

- BALEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 14 ed. Rio:Forense, 2004.
 BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
 CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 CRUZ, Flávio da. Comentários à Lei n.4.320. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Comunicação e negociação na esfera pública

Ementa:

Comunicação e fluxo de comunicação. Aspectos formais da comunicação necessários à administração pública. Expressões e estratégias de comunicação informal. Habilidades comunicativas. Argumentação, retórica, oratória. Negociação: sua dinâmica e a importância em processos decisórios. Negociação e ações coletivas, mediação e arbitragem. Competências e perfil do negociador na gestão de crises e conflitos.

Bibliografia Básica:

- HASWANI, Mariângela. Comunicação Pública: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.
 LEWICKI, R., SAUNDERS, D.M., BARRY, B. Fundamentos da negociação. Porto Alegre: AMGH, 2014.
 VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2008.

Bibliografia Complementar:

- CHEIBUB, Zairo B. Negociação coletiva no setor público: experiências internacionais recentes por meio de análise da literatura. Brasília: Pesquisa Enap, 2004.
 FIORELLI, José O.; FIORELLI, Maria R.; MALHADAS JUNIOR, Marcos J.O. Mediação e Solução de Conflitos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.
 FISCHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim: a negociação de acordos sem concessões. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
 MATOS, Heloiza (Org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo : ECA/USP, 2012.
 ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar os

relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2003.

Disciplina: Coprodução do bem público

Ementa:

Fundamentos, abordagens e tipos de coprodução. Engajamento mútuo de usuários e profissionais no design e na entrega de serviços públicos. Redes, parcerias e outras formas de envolvimento de cidadãos e organizações governamentais, de mercado e não-governamentais nas políticas públicas, na governança pública e na produção de bens e serviços públicos. Dispositivos constitucionais e outras formas de participação cidadã. Ação coletiva, capital social e confiança. Coordenação, transparência e accountability em processos de coprodução.

Bibliografia Básica:

- D'ARAÚJO, M. C. Capital Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
 RONCONI, L. F. A. Governança pública: um desafio à democracia. Revista Emancipação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, v. 1, n. 1, p.21-34, 2011.
 SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez 2009.

Bibliografia Complementar

- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21, p. 83-108, 2003.
 DOIN, G. A.; DAHMER, J.; SCHOMMER, P. C.; SPANIOL, E. L. Mobilização social e coprodução do controle: O que sinalizam os processos de construção da lei da ficha limpa e da Rede OSB de controle social. Pensamento & Realidade, 27(2), 56-79, 2012.
 FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. RAP, v. 35, n. 1, 2001.
 KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? RAP, v. 40, n. 3, 2006.
 RONCONI, L. F. A. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: potenciais espaços para a Coprodução dos Serviços Públicos. In: Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v. 14, n. 3, p. 46- 59, 2011.

4º Termo

Disciplina: Teorias de política pública (EaD)

Ementa:

Conceitos básicos sobre problema público e políticas públicas. Tipologias de políticas públicas. Atores e instituições. Ciclo de Políticas Públicas. Estilos de políticas públicas. A relação entre orçamento público e políticas públicas. O impacto da transformação digital nas políticas públicas. Integração de políticas públicas. As políticas públicas no Brasil e sua gestão: perspectivas e desafios. Políticas Públicas comparadas.

Bibliografia Básica:

- HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009.
 HOWLETT, M. RAMESH, M., PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
 SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos. 2.ed São Paulo: Cengage, 2013.

Bibliografia Complementar:

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva Tendências no estudo sobre avaliação, in Rico, Elizabeth Melo (Org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, n. 59, outubro de 2005, pp. 97-109.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas públicas, n. 21, junho de 2000, pp. 212-259.

SOUZA, Celina. Estado da arte em políticas públicas, in HOCHMAN, Gilberto, WU, Xun, RAMESH, M., HOWLETT, Michael, FRITZEN, Scott. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Brasília, ENAP, 2014.

Disciplina: Licitações e Contratos Públicos

Ementa:

Licitação: normas gerais e princípios. Contratação direta: dispensada, dispensa e inexigibilidade. Fases do procedimento licitatório. Modalidades e tipos de licitação. Sustentabilidade ambiental e financeira nas licitações públicas. Contratos administrativos. Equação econômico-financeira do contrato público. Gestão de contratos. Aspectos da arbitragem nos contratos administrativos. Convênios públicos.

Bibliografia Básica:

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17. ed. São Paulo: Dialética, 2016.

FURTADO, Lucas da Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 5^a ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 15. ed. Atualizado por José Emmanuel Burle Filho, Carla Rosado Burle e Luís Fernando Pereira Franchini. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. Teoria Geral das Concessões de Serviço Público. São Paulo: Dialética, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Wald; Mendes. Mandado De Segurança e Ações Constitucionais - 38Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2019.

MOREIRA, Egon Bockmann. Direito das Concessões de Serviço Público. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MUKAI, Toshio. Licitações e Contratos Públicos. 8. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Orçamento público

Ementa:

Fundamentos, legislação e finalidades do orçamento público. Estrutura do processo orçamentário e suas inter-relações. Programação e execução de receitas e despesas públicas. Planejamento, execução, controle e avaliação orçamentária. Orçamento Participativo. Tecnologias e inteligência aplicadas ao processo orçamentário. Recursos orçamentários e a coprodução do bem público. Orçamento público comparado.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com

base nas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17.ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Básica:

CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GAMA JÚNIOR, Fernando Lima. Fundamentos de orçamento público e direito financeiro: teoria, 100 questões comentadas e mais de 400 questões com gabarito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 15ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORANTE, Antonio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco,. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.

PISCITELLI, R. B.; M. Z. F. TIMBÓ. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Ética na Administração Pública

Ementa:

Conceitos de ética e moral. Ação moral. Teorias éticas: virtude, deontologia, consequencialismo, ética da discussão, ética da convicção e da responsabilidade. Ética e dilemas morais no exercício da administração pública. Relação entre legalidade e moralidade. Desafios éticos contemporâneos.

Bibliografia Básica:

JIMÉNEZ SERRANO, P. Ética e administração pública. Campinas: Alínea, 2010.

KIDDER, Rushwort M. Como tomar decisões difíceis ou como escolher na vida entre o certo e o certo. São Paulo: Gente, 2007.

STORK, Ricardo Yepes; ECHEVARRÍA, Javier A. Fundamentos de antropologia: Um ideal de excelência humana. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2005.

Bibliografia Complementar:

ARIELY, Dan. A mais pura verdade sobre a desonestade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BIAGGIO, Angela M. B. Lawrence Kohlberg – Ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2002.

FREITAG, Barbara. Ética na administração pública. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 1, p. 85-94, 2005.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

TOUGH, Paul. Uma questão de caráter. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Disciplina: Planejamento Público

Ementa:

Trajetória histórica do planejamento governamental. Fundamentos legais do planejamento governamental. Processo de planejamento governamental: Plano de Governo; Programas, Projetos e Atividades. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público. A evolução tecnológica e as novas perspectivas de planejamento público. Estratégias, metodologias e iniciativas de planejamento. Planejamento e participação. Articulação entre o planejamento público e o território. Sistemas de acompanhamento dos planos e projetos.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas - São Paulo: Atlas, 2008. 331 p. ISBN 9788522451456 (broch.) Número de Chamada: 658.4012 O48p 2008

MINTZBERG, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2004. 359 p. ISBN 8536303050 (broch.) Número de Chamada: 658.401 M667a

HILHORST, J. G. M. Planejamento regional: enfoque sobre sistemas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973. 189p.

Bibliografia Complementar:

ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: EDUSP: Annablume, 2008. 194 p. ISBN 9788574197920 (broch.).

ANDRADE, Nilton de Aquino. Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 403 p.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177 p. ISBN 8586435767 (broch.) Número de Chamada: 630.2745 B917c

GUERRA, Alexandre (Org.). Planejamento público e gestão por resultados: uma experiência municipal aplicada. São Paulo: Hucitec, 2016. 253 p. ISBN 9788584040896 (broch.).

SANTOS, Ailton Dias dos. Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Fundação Peiropólis, 2005. 186 p.

Disciplina: Tecnologias Digitais na Administração Pública

Ementa:

Sistemas de informação, Inteligência artificial e Sistemas Baseados em Conhecimento: Conceitos, Tipologia e Aplicações. Fundamentos de Engenharia e Gestão do Conhecimento. Tecnologias e estratégias para a digitalização e a transformação digital das organizações.

Bibliografia Básica:

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014. 484 ISBN 978854300585.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 719 p. ISBN 978852211625

MOLINARO, Luís Fernando Ramos; RAMOS, Karoll Haussler Carneiro. Gestão de tecnologia da informação: governança de TI: Arquitetura e alinhamento entre sistemas de informação e negócio. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 212 p. ISBN 9788521617723

Bibliografia Complementar:

BARBIERI, Carlos. BI2-Business Intelligence: modelagem e qualidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 392 p. ISBN 9788535247220

RUSSELL, Stuart J; NORVIG, Peter. Artificial intelligence: a modern approach. 3rd. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2010. 1132 p. (Prentice Hall series in artificial intelligence.). ISBN 9780136042594

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008. 319 p.

FOREMAN, John W. Data smart: usando data science para transformar informação em insight. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 425 p.

SILVA, Leandro Augusto da; PERES, Sarajane Marques; BOSCARIOLI, Clodis. Introdução à mineração de dados: com aplicações em R. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. xi, 277p. I

Disciplina: Gestão de Pessoas na Administração Pública

Ementa:

Trajetória da área de administração de recursos humanos como função organizacional e gerencial. Transformações e perspectivas estratégicas da gestão de pessoas. Fundamentos, políticas e processos de gestão de pessoas aplicados à Administração Pública. Carreiras públicas e movimentação de agentes públicos. Modalidades de ingresso em organizações públicas: concurso público, estágio probatório e estabilidade. Socialização organizacional. Capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas na administração pública. Avaliação de desempenho e meritocracia no setor público. Aposentadoria no setor público. Gestão de pessoas em organizações da sociedade civil. Inovações em gestão de pessoas.

Bibliografia Básica:

- BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. rev. atual. Caxias do sul: EDUCS, 2010.
- BECKERT, Mara; NARDUCCI, Viviane. Gestão de pessoas nas organizações públicas. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá Ed., 2018.
- CAMÕES, Marizaura R. de S; FONSECA, Diogo R.; PORTO, Valéria (Org.). Estudos em gestão de pessoas no serviço público. Cadernos ENAP (37), Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/images//caderno37>.

Bibliografia Complementar:

- BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília: ENAP, 2019.
- DAVEL, Eduardo Paes Barreto; VERGARA, Sylvia Constant; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Gestão com pessoas e subjetividade. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A.; DUTRA, Gabriela A. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo, Atlas, 2017.
- FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. 16. ed. São Paulo: Gente, 2002.
- TEIXEIRA, Hélio Janny; BASSOTTI Ivani Maria; SANTOS Thiago Souza. Mérito, desempenho e resultados: ensaios sobre gestão de pessoas para o setor público. São Paulo:FIA/USP, 2014.(e-book).

5º Termo

Disciplina: Desenvolvimento Territorial Sustentável

Ementa:

As teorias, correntes e concepções do desenvolvimento. Desenvolvimento e sustentabilidade. Multidimensionalidade da sustentabilidade. Os conceitos e fundamentos do desenvolvimento territorial sustentável. Relação urbano e rural. O planejamento, a organização e a gestão do espaço. Arranjos territoriais, regionais e metropolitanos. Monitoramento do desenvolvimento territorial sustentável. Programas públicos e privados de apoio ao desenvolvimento territorial e a sustentabilidade. Tecnologias digitais aplicadas ao planejamento e gestão do espaço e da sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

- SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI. 6º Edição, Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SACHS, Ignacy. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986. 224p. ((Vértice sul ;1)) ISBN 8585068124 (broch.).

SEN, Amartya Kumar, 1933. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 409p.

Bibliografia Complementar:

- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais, São Paulo, n. 1, p. 79-90, mai. 1999.
- JACOBS, J. Morte e vida das grandes cidades. São Paulo: Contexto, 2006.
- LOPES, G. B. B. Políticas para o desenvolvimento territorial sustentável em São Joaquim. Florianópolis: Insular, 2018.
- TURNES, V. A.; DAMO, M. S. (Org) Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento. Florianópolis, 2004.
- VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, fev. 2011.

Disciplina: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Ementa:

Elementos de contabilidade geral. Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Função Social. Análise contábil da execução orçamentária de receitas e despesas públicas. Patrimônio Público. Escrituração contábil. Aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais. Prestação de contas e a coprodução do bem público. Elaboração e análise das demonstrações contábeis. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia Básica:

- ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- GIACOMINI, J. Orçamento público. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

- CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 15ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KOHAMA, Heilio. Balanços públicos: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio; KEIL, Charles. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade basica facil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: Gestão Pública e Governança

Ementa:

Estado Democrático, governo, governança e gestão pública no Brasil pós CF88: desafios e perspectivas. O Federalismo brasileiro, a descentralização e a coordenação federativa. Coordenação horizontal, vertical, intersetorial, interorganizacional e regional/territorial. Governança colaborativa e articulação de diferentes atores e recursos nas políticas públicas e na ação pública. Principais políticas nacionais em rede e seus sistemas: níveis, regulação, mecanismos de gestão/governança e dispositivos legais. Gestão pública na prática no Brasil e no mundo: desafios e tendências.

Bibliografia Básica:

- GOLDSMITH, S. EGGERS, W. D. Governar em rede: o novo formato do setor público. ENAP, 2006.
- PETERS, B. Guy; PIERRE, JON (Orgs.). Administração pública: coletânea. São Paulo:

Editora UNESP; Brasília: ENAP,2010.

MOTTA, P. R. de M O Estado da Arte da Gestão Pública. RAE. V.53, n.1, 2013 p. 82-90.

Bibliografia Complementar:

- ABRUCIO, F. L Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- ANSELL, C. Collaborative Governance in Theory. Journal of Public Administration Research and Theory. November 13, 2007.
- ANSELL, C.; TORFING, J. Handbook on Theories of Governance. Edward Elgar Publishing: Massachusetts, 2017.
- ANSELL, C; TORFING, J. How does collaborative governance scale? Bristol: Policy Press, 2018.
- KISSLER, Leo, HEIDEMANN, Francisco Gabriel. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, 40(3):479-99, Maio/Jun. 2006.

Disciplina: Marketing e Comunicação no Setor Público

Ementa:

Conceitos fundamentais de Marketing. Marketing empresarial e Marketing público. Aspectos éticos. Marketing Institucional e Comunicação Corporativa. Pesquisa de Imagem. Marketing Político: partidário, governamental e eleitoral. Marketing Social. Marketing Territorial. Marketing Digital e tendências. Plano de Comunicação.

Bibliografia Básica:

- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2002.
- SCHULER, Maria; TONI, Deonir de. Gestão da imagem de organizações, marcas e produtos: através do MCI: Método para configurações de imagem. São Paulo: Atlas, 2015.
- VAZ, Gil Nuno. Marketing Institucional: o mercado de idéias e imagens . 2. ed. rev. São Paulo: Thonson Learning, 2003.

Bibliografia Complementar:

- DUARTE, Jorge. Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.
- KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
- MALHOTRA, Naresh K. Introdução à pesquisa de marketing. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2005.
- WALSH, Kieron. Citizens and consumers: Marketing and public sector management. Public Money & Management, 11:2, 1991. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09540969109387649>
- YANAZE, Mitsuro Higuchi; MIHAILIDIS, Basile Emmanuel. Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina: Inovação no Serviço Público

Ementa:

Conceitos, origens e tipos de inovação no serviço público. O processo multifacetado e colaborativo da inovação. Inovação na resolução de problemas públicos. Ecossistemas de inovação. Inovação e design: o processo de inovação centrado no usuário. Condições intra-organizacionais para a inovação no serviço público. Instrumentos e práticas para a promoção da inovação no serviço público. Experiências nacionais e internacionais de

inovação no serviço público.

Bibliografia Básica:

- BRANDÃO, S. M.; BRUNO-FARIA, M. F. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. *Revista de Administração Pública*, Brasil, v. 47, n. 1, p. 227-248, Jan. 2013.
- CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marlaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Wilber. Inovação no setor público. Teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP; IPEA, 2017.
- FERRAREZI, Elisabete; LEMOS, Joselene; BRANDALISE, Isabella. Experimentação e novas possibilidades em governo. Aprendizados de um laboratório de inovação. Brasília: ENAP, 2018.

Bibliografia Complementar:

- ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob. Public innovation through collaboration and design. New York: Routledge, 2014.
- METELLO, Daniela Gomes. Design etnográfico em políticas públicas. Brasília: Enap, 2018.
- KLUMB, Rosângela; HOFFMANN, Micheline Gaia. Proposição de Metodologia para Sistematização do Processo de Inovação do TRE/SC. TAC, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, art. 1, p. 92-104, 2014.
- KLUMB, Rosângela; HOFFMANN, Micheline Gaia. Inovação no Setor Público e Evolução dos Modelos de Administração Pública: o Caso do TRE-SC. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 21, n. 69, p. 86-102, 2016.
- OLIVEIRA, Luiz Guilherme de. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014.

6º Termo

Disciplina: Sistemas de Accountability

Ementa:

Democracia, modelos de administração pública e conceitos e abordagens de accountability. Transparência, controle, responsabilidade, responsabilização e responsividade - sistemas e instrumentos de gestão. Controle institucional, controle social e coprodução do controle. Governança e accountability. Accountability na relação entre governos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil. O administrador público como promotor da accountability no seu campo de atuação cidadã e profissional.

Bibliografia Básica:

- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e accountability. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ETZIONI, Amitai. Concepções alternativas de accountability: o exemplo da gestão da saúde. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009. (Pg. 287-301).
- ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4161>

Bibliografia Complementar:

- HERNANDEZ, Andres; CUADROS, Diana. Iniciativas de transparéncia y accountability en America Latina: naturaleza, tipología e incidencia en la democracia y el desarollo. In:

PINHEIRO, Daniel; MELO, Danilo; COSTA, João (orgs.). *Democracia: desafios, oportunidades e tendências*. Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2014 (p. 226-270). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6dymYHDfMNzakQyRkVlaVVGXc/view>

PINHO, J.A.G. e SACRAMENTO, A.R.S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista da Administração Pública*, 43 (6): 1343-68, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6898>

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília, v. 14, n. 2, p. 82-97, mai./ago. 2011. Disponível em: http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314/pdf_162

ROCHA, A.C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D.M. Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 24, n. 8, 1-22, 2019.

SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Arlindo Carvalho; SPANIOL, Enio L.; DAHMER, Jeferson; SOUSA, Alessandra Debone de. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 6, pg. 1375-1400, nov./dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n6/0034-7612-rap-49-06-01375.pdf>

Disciplina: Gestão de Projetos Públicos

Ementa:

Origem, importância, tipos e finalidades. Projeto, programa e portfólio. Escritório de Projetos. Estruturas organizacionais e gerenciamento de projetos. Processos e áreas de conhecimento em gestão de projetos. Abordagens ágeis na gestão de projetos públicos. Design de projetos centrado no usuário e nos problemas públicos. Monitoramento e avaliação de projetos públicos. Fontes de recursos para projetos públicos.

Bibliografia Básica:

ENAP. Gerência de Projetos. Teoria e Prática. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1092/1/GerenciaDeProjeos_modulo_1_final_.pdf

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). Um Guia do Conjunto de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos: Guia PMBOK. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. Gestão de programas e projetos públicos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marlaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Wilber. Inovação no setor público. Teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP; IPEA, 2017.

DATE, R. N.; PINOCHET, L.H.C.; BUENO, R.L.P.; M.C.M.O, NEMOTO. Aplicação do método ágil SCRUM em uma fundação educacional do setor público. *Revista de Gestão e Projetos*, v. 7, n. 2, maio-agosto, 2016.

KISIL, Rosana. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3ed. São Paulo: Global, 2004.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). Government Extension to the PMBOK Guide. PMI, 2006. Disponível em http://nioec.ir/Training/%D9%85%D8%AF%DB%8C%D8%B1%DB%8C%D8%AA%20%D9%BE%D8%B1%D9%88%DA%98%D9%87/PMI/PMI_Standard/GovtExtToThePMBOKGuideThirdEd.pdf

SILVEIRA, Mauro César. MOREIRA, Tomaz Duarte. Gerenciamento de Portfólio no Setor Público. *Mundo Project Management*, no. 51, jun-jul/2013.

Disciplina: Gestão de Custos Públicos

Ementa:

Conceitos, definições e determinantes de custos públicos. Sistemas e métodos de custeio. Otimização logística. Gestão dos custos logísticos. Custos das políticas públicas. Custos da coprodução do bem público. Sistemas de informação de custos públicos. Integração com os demais sistemas organizacionais. Responsabilidade pela informação de custos. Indicadores de Custos Públicos. Custos públicos comparado.

Bibliografia Básica:

- HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.
- PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. Gestão estratégica de custos: textos, casos práticos e testes com as respostas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Métodos de custeio comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

- CORRÊA, Henrique Luiz. Administração de cadeias de suprimento e logística: o essencial. São Paulo: Atlas, 2014.
- MAUSS, Cézar Volnei; SOUZA, Marcos Antônio de. Gestão de custos aplicado ao setor público, modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. Atlas, 2008.
- NBC T 16.11. Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Sistema de informação de custos do setor público. https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf
- SILVA, C. A. T.; MOURA, José Flávio de Melo; MORGAN, B. F.; CUNHA, J. R.; COSTA, Patrícia de Souza ; RIBEIRO FILHO, J. F. . Custos no Setor Público. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: Sociedade Civil e Políticas Públicas

Ementa:

Sociedade civil: conceito, origem e papéis na administração pública. Sociedade civil, Estado Democrático e políticas públicas no Brasil: trajetória, desafios e perspectivas. Tipos de organizações da sociedade civil e suas características. Marco regulatório das OSCs e formas de relação com o Estado e com o mercado. O campo científico: correntes e estudos sobre a sociedade civil. Sociedade civil e inovação social nas arenas públicas da cidade: análise de experiências na resolução de problemas públicos. O desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil e seus principais desafios.

Bibliografia Básica:

- ANDION, C., RONCONI, L., MORAES, R. L., GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. S. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmática. Revista de Administração Pública. 51 (3), p.369-387.
- AVRITZER, L. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião pública. V. 18 no 2 nov 2012 p. 383-398.
- NOGUEIRA, M.A. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

- ANDION, C., Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina. Os casos da APACO, do Centro Vianei de

- Educação Popular e da Agreco. Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2007. (Trechos escolhidos)
- ARMANI, D. Mobilizar para Transformar. A mobilização de recursos nas organizações da Sociedade Civil. São Paulo: Peirópolis, 2008 (Capítulo 2: O contexto – desafio da sustentabilidade e Capítulo 3: A organização: caminhos da mudança).
- DAGNINO, E. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- FILHO, G.C. Terceiro Setor, Economia Solidária e Economia Popular. Traçando Fronteiras Conceituais. Bahia Análise & Dados. V.12, n. 1, 2002, p.9-19.
- SANTOS, B.S.S A reinvenção solidária e participativa do Estado. Oficina do Centro de Estudos Sociais. Coimbra: CES, No 134, 1999 (Trechos escolhidos).

Disciplina: Gestão da Responsabilidade Socioambiental

Ementa:

Concepções e expectativas sobre as organizações empresariais em novos contextos socioeconômicos, ambientais, culturais, territoriais e políticos. Responsabilidade socioambiental: histórico, abordagens conceituais e regulamentação básica. Mudança organizacional rumo à sustentabilidade ampliada. Instrumentos de gestão: diagnóstico, planejamento, monitoramento, compartilhamento e melhoria contínua. Gestão de stakeholders. Interface entre empresas, governos e organizações da sociedade civil. Investimento Social Privado. Desafios contemporâneos e oportunidades de inovação social e ambiental.

Bibliografia Básica:

- ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. Inovação em Modelos de Negócios de Impacto. versão 1.0. São Paulo, 2019.
- BARBIERI, José Carlos e CAJAZEIRA, Emanuel Reis. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática. 3^a edição – São Paulo: Saraiva, 2016.
- MARQUES, Vânia de Lourdes e ALLEDI FILHO, Cid (orgs). Responsabilidade Social: conceitos e práticas: construindo o caminho para a sustentabilidade nas organizações. São Paulo : Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

- DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003
- GIANETTI, Eduardo. Vícios privados, benefícios públicos? A ética da riqueza das nações. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.
- SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo : Cortez, 2007.
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- YUNUS, Muhammad. Building social business: the new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs. New York: Public Affairs, 2010.

7º Termo

Disciplina: Plataformas Digitais na Administração Pública

Ementa:

Plataformas digitais. Governo como plataforma. Governo Eletrônico: definições e

características. Avaliação de maturidade eGov e características de projetos de Plataformas eGov. Padrões de acessibilidade Web. Estruturas de serviços eletrônicos, simulações e protótipos para serviços públicos eletrônicos. Dados abertos. Tecnologias Inovadoras na Gestão Pública.

Bibliografia Básica:

- FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual - Tecnologia da informação e mudança institucional. Brasília, ENAP, 2005.
- REILLIER, Laure C et.al. Platform Strategy: How to Unlock the Power of Communities and Networks, Ed. Grover, 2017
- LATHROP, Daniel., RUMA, Laurel,. Open Government: Collaboration, Transparency, and Participation in Practice, Editora O'REILLY, 2010

Bibliografia Complementar:

- ALMARABEH, Tamara. AbuAli, Amber A General Framework for E-Government: Definition Maturity Challenges, Opportunities, and Success. European Journal of Scientific Research. ISSN 1450-216X Vol.39 No.1 (2010), pp.29-42
- BERTOT et al. Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government.
- CORDELLA, A., Iannacci,F. "Information systems in the Public Sector: the e-Government enactment framework", Journal of Strategic Information Systems(2010), 19(1), pp.52-66
- PARKER, Geoffrey G., Platform Revolution – How Networked Markets Are Transforming the Economy—and How to Make Them Work for You, 2016
- PLATFORM DESIGN CANVAS EM <https://platformdesigntoolkit.com/toolkit/>

Disciplina: Análise e Avaliação de Políticas Públicas

Ementa:

Conceito de análise e avaliação de política pública. Definição do problema público. Processos e técnicas para elaboração de alternativas de solução. Projeção dos resultados das alternativas: análise custo-benefício, análise custo-efetividade, análise de viabilidade política. Recomendação de política pública. Avaliação interna e avaliação externa. Métodos qualitativos e quantitativos. Avaliações formativas e somativas. Avaliação de impacto. Planejamento do processo avaliativo. Critérios, indicadores e parâmetros. Coleta e análise de dados para avaliação. Ferramentas eletrônicas e colaborativas para análise e avaliação. Métodos deliberativos e participativos de suporte à análise e avaliação.

Bibliografia Básica:

- CANO, I. Introdução à avaliação de programas sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: Concepções e práticas. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL. Casa Civil da Presidência. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea v. 1, 2018.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post . Brasília: MP v. 2, 2018.
- JANNUZZI, P. M. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.
- MARINO, Eduardo. Manual de avaliação de projetos sociais. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SANTOS, GUILHERME KRAUS DOS; RAUPP, FABIANO MAURY. Monitoramento e avaliação de resultados dos programas governamentais delineados no PPA. Revista de

Administração Pública, v. 49, p. 1429-1451, 2015.

Disciplina: Gestão de Cidades

Ementa:

Administração municipal: características, organização, competências e problemas. Os poderes do município. Abordagens teóricas relativas ao desenvolvimento das cidades. O processo de urbanização brasileira e seus reflexos nos municípios. Os instrumentos de reforma urbana e a promoção do desenvolvimento sócio espacial. Instrumentos de planejamento participativo: Estatuto da Cidade e os Planos Diretores Municipais. Atores e desafios no exercício da produção material do espaço social. Políticas setoriais: Resíduos e Saneamento Básico, Mobilidade Urbana, Habitação, Unidades de Conservação, Patrimônio Histórico. A integração das políticas urbanas em diferentes escalas: planejamento regional, territorial e/ou metropolitano. Experiências nacionais e internacionais inovadoras na gestão das cidades.

Bibliografia Básica:

- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2000.
 MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas a crise urbana. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
 SOUZA, M. L. de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2001.

Bibliografia Complementar

- MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
 PEREIRA, E. M. I.; DIAS, L. C. D. As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011
 SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
 SOUZA, M. L. de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 2003.
 VEIGA, J. E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados. Edição: 2^a, 2003.

Disciplina: Tópicos Especiais 2

Ementa: Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de Governança e Coprodução.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa: Proposta de estágio curricular: escolha da área/assunto. Fundamentação teórica. Procedimentos metodológicos. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. Ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
 MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar:

- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** 14. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 34. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 37. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

8º Termo

Disciplina: Consultoria em Administração Pública

Ementa:

Mudanças na gestão da administração pública e o processo de consultoria de procedimentos: conceitos básicos e etapas do processo. Papel e habilidades de um consultor. Ferramentas e técnicas para o processo de consultoria.

Bibliografia Básica:

ANTONACOPOULOU, E. Desenvolvendo gerentes aprendizes dentro de organizações de aprendizagem: o caso de três grandes bancos varejistas. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.). Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001 (pp. 263-92).

BLOCK, Peter. Consultoria: o desafio da liberdade; tradução Andréa Filatro; revisão técnica Roberto Kanaane. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

FISCHER, S.D.; SCHOMMER, P.C.; MAMEDE, C.R.S.. Interdisciplinaridade e competências na articulação entre universidade e serviço público: a experiência do Laboratório de Consultoria em Serviços Públicos. I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas – ENEPCP. Brasília, 2015 (pp.25).

Bibliografia Complementar:

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. Organizational learning II: theory, method and practice. Reading. Mass: Addison Wesley, 1996.

BOSSIDY, Larry. Execução: a disciplina para atingir resultados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BRASY, Christopher. Os cinco níveis de influência: um plano de cinco etapas para criar e manter uma sólida liderança nas organizações. Rio de Janeiro:Elsevier, 2008.

FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. de M.; FLEURY, A.C.C. Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHEIN, Edgar. Consultoria de procedimentos: seu papel no desenvolvimento organizacional. Editora Edgard Blucher Ltda. 1972.

Disciplina: Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública

Ementa:

Papel do gestor e desenvolvimento gerencial. Fundamentos e novas abordagens de liderança. Liderança na administração pública: relações de poder, dilemas culturais e políticos. Liderança política. Liderança em processos de desenvolvimento comunitário.

Desafios contemporâneos da liderança na esfera pública: a gestão da diversidade e inclusão. Desenvolvimento de competências para a liderança no setor público.

Bibliografia Básica:

- BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. (org) Psicodinâmica da Vida Organizacional: Motivação e Liderança. 2. ed. São Paulo: Atlas: 1997.
 MINTZBERG, Henry. Managing: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010.
 SCHEIN, Edgar H. Cultura Organizacional e Liderança. São Paulo: Ed Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

- BERGAMINI, Cecília. O Líder Eficaz. São Paulo: Ed Atlas, 2002.
 FLEURY, Maria T. L./ FISCHER, Rosa M. (Org.). Cultura e poder nas organizações. Ed Atlas, São Paulo, 1996.
 JACKSON, Brad; PARRY, Ken; Um livro bom, pequeno e acessível sobre liderança. Porto Alegre: Bookman, 2010.
 KETS DE VRIES, Manfred F. R. Reflexões sobre Caráter e Liderança. Porto Alegre: Bookman, 2010.
 MOTTA, Fernando Prestes. Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Ed Atlas, 2007.

Disciplina: Tópicos Especiais 3

Ementa: Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de Política e Políticas Públicas.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

Disciplina: Tópicos Especiais 4

Ementa: Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de Inovação no Setor Público.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa: Caracterização da organização e/ou setor. Diagnóstico. Análise. Proposta de intervenção/ações de melhoria.

Bibliografias Básica e Complementar: para realização do Trabalho de Conclusão de Curso II, os alunos poderão usar bibliografias do Trabalho de Conclusão de Curso I e aquelas elencadas nas disciplinas dos quatro percursos de formação do Administrador Público: Gestão Pública; Política e Políticas Públicas; Governança e Coprodução; Inovação no Setor Público.

5.4 Quadro de equivalência

Matriz curricular vigente			Matriz curricular proposta		
Disciplina	Fase	Créd.	Disciplina	Fase	Créd.
Administração Pública e Sociedade	1	4	Introdução à Administração Pública	1	2
Metodologia Científica e da Pesquisa	1	2	Produção do conhecimento científico na Administração Pública (EaD)	1	2
Instituições de Direito Público e Privado	1	4	Direito Constitucional	1	4
Matemática	1	4	Matemática aplicada à Administração Pública	1	4
Filosofia	1	2	Filosofia	1	2
Sociologia	1	4	Sociologia aplicada à Administração Pública	1	2
Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação Aplicada à Administração (EAD)	1	4	-*	-	-
Teoria Geral da Administração Pública	2	4	Teorias da Administração Pública	2	4
Psicologia	2	4	Comportamento humano na Gestão Pública	1	4
Métodos Estatísticos	2	4	Métodos estatísticos	2	4
Teoria Econômica I	2	4	Economia aplicada à Administração Pública**	2	4
Fundamentos de Ciência Política	2	2	Ciência Política	2	4
Organizações, Sistemas e Métodos	2	2	Gestão de estruturas e processos organizacionais	3	4
Gestão de Sistemas de Informação	3	4	Tecnologias digitais na Administração Pública	4	4
Teoria Econômica II	3	4	Economia aplicada à Administração Pública**	2	4
Direito Administrativo	3	4	Direito Administrativo	2	4
Finanças Públicas	3	4	Finanças públicas (EaD)	3	4
Coprodução dos Serviços Públicos	3	4	Coprodução do bem público	3	4
Administração Pública I	4	4	Administração Pública brasileira	3	4
Antropologia Política	4	4	Antropologia da Política	3	2
Orçamento Público	4	4	Orçamento público	4	4
Planejamento Público	4	4	Planejamento público	4	4
Administração de Recursos Humanos	4	4	Gestão de pessoas na Administração Pública	4	4
Políticas Públicas	5	4	Teorias de política	4	4

			pública (EaD)		
Licitações e Contratos na Prestação de Serviços Públicos	5	4	Licitações e contratos públicos	4	2
Contabilidade Pública	5	4	Contabilidade aplicada ao setor público	5	4
Administração Pública II*	5	4	-	-	-
Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública*	5	4	-	-	-
Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	6	4	Desenvolvimento territorial sustentável	5	4
Gestão de Organizações do Terceiro Setor	6	4	Sociedade Civil e Políticas Públicas	6	4
Gestão da Responsabilidade Socioambiental	6	4	Gestão da Responsabilidade Socioambiental	6	4
Mediação e Negociação no Setor Público	6	4	Comunicação e negociação na esfera pública	3	4
Administração Pública III*	6	4	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos Públicos	7	4	Gestão de projetos públicos	6	4
Administração Municipal	7	4	Gestão de cidades***	7	4
Marketing dos Serviços Públicos	7	4	Marketing e comunicação no setor público	5	4
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	7	4	Plataformas digitais na Administração Pública	7	4
Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	7	2	Gestão de cidades***	7	4
Ética na Administração Pública	7	2	Ética na Administração Pública	4	2
Estágio Curricular Supervisionado I	7	10	Trabalho de Conclusão de Curso I	7	10
Gestão de Espaços Urbanos	8	4	Gestão de cidades***	7	4
Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos	8	4	Consultoria em Administração Pública	8	4
Sistemas de Accountability	8	2	Sistemas de accountability	6	4
Desenvolvimento de lideranças	8	2	Desenvolvimento gerencial e Liderança na Administração Pública	8	4
Relações Intergovernamentais	8	4	Gestão pública e Governança	5	4
Metodologias de	8	4	Análise e Avaliação de	7	4

Avaliação de Serviços Públicos			Políticas Públicas		
Estágio Curricular Supervisionado II	8	10	Trabalho de Conclusão de Curso II	8	10
			Novas disciplinas na matriz proposta		
			Tópicos Especiais 1	1	2
			Introdução à ciência de dados (EaD)	2	4
			Direito tributário	3	2
			Inovação no serviço público	5	4
			Gestão de custos públicos	6	4
			Tópicos Especiais 2	7	4
			Tópicos Especiais 3	8	2
			Tópicos Especiais 4	8	4

*Disciplina sem equivalência direta. Conteúdo distribuído transversalmente em disciplinas da nova matriz.

**Os conteúdos das disciplinas de Teoria Econômica I e Teoria Econômica II foram alocados na nova matriz em Economia Aplicada à Administração Pública, sem equivalência de créditos.

***Os conteúdos das disciplinas de Administração Municipal, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local, e Gestão de Espaços Urbanos foram alocados na nova matriz em Gestão de Cidades, sem equivalência de créditos

5.5 Aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para temas transversais:

O curso de graduação em Administração Pública da Esag propõe ao acadêmico uma compreensão de administração pública não centrada em si mesma, tendo por foco o “servir” no lugar de apenas “dirigir”, dando centralidade para o cidadão aos seus direitos. Outro aspecto importante no curso é o foco no enfrentamento e resolução dos problemas públicos de forma colaborativa, compreendendo que o Estado democrático vai além do governo e envolve múltiplos atores que atuam na coprodução do bem público.

O curso também enfatiza as particularidades da realidade social brasileira, tomando em perspectiva também o contexto internacional, o que perpassa todas as disciplinas do curso. Questões relativas aos direitos humanos, à inclusão social e ao fortalecimento da democracia são centrais nas discussões, trabalhos, seminários e eventos realizados no âmbito do curso. Isso se dá de maneira espontânea, quando essas questões colocam-se a partir de situações cotidianas, mas também de maneira coordenada quando proposta por professores, pela coordenação do curso ou por organizações estudantis do centro.

Em relação às questões ambientais e à sustentabilidade, essa é uma temática central na

vocação do curso que busca desde o início da formação sensibilizar o aluno (a) e reforçar sua atuação enquanto protagonista numa mudança de comportamento em direção a estilos de vida e desenvolvimento mais sustentáveis.

Essa compreensão passa pela retomada histórica da percepção social a respeito do crescimento e do desenvolvimento e como isso levou à situação socioambiental em que nos encontramos.

Em segundo lugar, o currículo propõe a ampliação da compreensão de desenvolvimento, para além da dimensão econômica, considerando aspectos sociais, culturais e ecológicas. Por fim, a graduação possibilita ao acadêmico, instrumental para a intervenção nas problemáticas ambientais, tendo como pano de fundo a governança colaborativa e a coprodução do bem público, por meio da interface da ação governamental com a responsabilidade socioambiental de empresas e com a ação de organizações da sociedade civil na área, formando redes e novos arranjos capazes de produzir inovações e respostas aos inúmeros problemas causados pela crise sociambiental que enfrentamos.

O Curso de graduação em Administração Pública também está comprometido em promover a inclusão de alunos com deficiências físicas, mentais ou com espectro de autismo, buscando dentro do possível adequar seus processo de ensino/aprendizagem aos portadores de necessidades especiais. Os professores se comprometem a dedicar esforços redobrados para criar um ambiente receptivo às diferenças, facilitando o processo ensino-aprendizado destes alunos, com tratamento diferenciado e apoiado na estrutura de suporte social e psicológica à disposição da Esag e da Udesc. Os professores do curso também reconhecem que uma parte do desempenho dos estudantes está relacionada ao esforço e mérito, enquanto que outra parte está relacionada ao ambiente de acolhida aos alunos, com seus históricos formativos, familiares, educação pregressa, limitações e potenciais socialmente construídos, que devem, de maneira pró-ativa e consciente, serem equalizados no processo ensino aprendizagem.

Neste sentido, este Projeto Político Pedagógico atende aos seguintes quesitos relativos a temas transversais para a formação integral do Administrador Público.

- Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004;
- Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme

disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012;

- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002);
- Disciplina de Libras (Dec. N° 5.626/2005), para os cursos de bacharelados e tecnólogos.

Ainda tratando-se de conteúdos transversais, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de bacharelado em Administração Pública (CEN, 2014), há a exigência de “Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação” e “Conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros”.

Com relação a “Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação” esta proposta contempla esta demanda de maneira direta nas disciplinas de Comunicação e Negociação na Esfera Pública (3º termo), Marketing e Comunicação no Setor Público (5º termo), Desenvolvimento Gerencial e Liderança na Administração Pública (8º termo), além da disciplina metodológica relacionada a “Produção do conhecimento científico em Administração Pública”. De maneira transversal, todas disciplinas do curso são formatadas para exigir do estudante uma prática de escrita e expressão oral, apresentações de trabalhos, típicos da função de Administrador Público. Também poderão ser oferecidos conteúdos extraordinários nas disciplinas de Tópicos Especiais, que serão formatadas de acordo com a necessidade discente e disponibilidade dos professores já pertencentes ao Departamento de Administração Pública.

Finalmente, com relação aos “Conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros”, este PPC oferece um rol bastante extenso de disciplinas, que incluem Introdução à Administração Pública, Sociologia aplicada à Administração Pública, Ciência Política, Direito Constitucional, Antropologia da Política, Teorias de Política Pública, Economia aplicada à Administração Pública, Administração Pública Brasileira, Gestão Pública e Governança, Sociedade Civil e Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial Sustentável. De acordo com a necessidade, novos tópicos especiais relativos à realidade histórica, social, político-económica e cultural de Santa Catarina e do Brasil poderão ser oferecidas também em acordo com a necessidade discente e disponibilidade docente.

5.6 Proposta de transição curricular

O currículo vigente do Curso de Administração Pública será extinto de maneira escalonada em quatro anos, ou seja, com conclusão no semestre 2023/2, já que o novo currículo tem

previsão para ser implantado a partir de 2020/2. Não haverá migração para a matriz curricular proposta dos discentes que ingressaram no curso de Administração Pública até o semestre 2020/1. Estes deverão completar suas formações obedecendo o disposto na matriz curricular vigente.

Quadro 6: Plano de extinção do currículo vigente

2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1
2º termo							
3º termo	3º termo						
4º termo	4º termo	4º termo					
5º termo	5º termo	5º termo	5º termo				
6º termo							
7º termo							
8º termo							

5.7 Plano de implantação do currículo proposto.

O novo currículo do Curso de Administração Pública está previsto para ser implantado de maneira escalonada a partir do segundo semestre de 2020 com o ingresso de novos alunos via vestibular.

Quadro 7: Plano de implantação do currículo proposto

2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1	2023/2	2024/1
1º termo							
	2º termo						
		3º termo					
			4º termo				
				5º termo	5º termo	5º termo	5º termo
					6º termo	6º termo	6º termo
						7º termo	7º termo
							8º termo

5.8 Descrição dos enfoques

Seguindo a resolução 002/2018 (CONSEPE/Udesc), a descrição dos enfoques envolve a explanação de três aspectos: 1) inserção das tecnologias de informação na sala de aula; 2) uso de ambientes virtuais de aprendizagem, e 3) uso dos laboratórios de informática e/ou de aprendizagem nas disciplinas dos cursos.

5.8.1 Tecnologias de Informação e comunicação – TIC’s no processo ensino – aprendizagem

Bucando fazer frente a novas modalidades e estratégias de ensino, o Departamento de Administração Pública propõe, a partir deste PPC, a adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como suporte ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Destacam-se as seguintes TICs que poderão ser utilizadas nas distintas disciplinas:

- **Jogos Digitais em Ambientes Educacionais**: trata-se de utilizar jogos digitais nas disciplinas da grade do curso pelo caráter lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Em geral, a proposta do lúdico é o ensino agradável para os estudantes, acessando dimensões importantes para o aprendizado, como a afetiva, motora, moral e cognitiva. Os jogos digitais podem exercer uma influência no cotidiano educacional do curso, pois entende-se que o uso dessas tecnologias possibilita capturar o interesse do aluno na aplicação de uma metodologia lúdica.
- **Simuladores**: O simulador tem como objetivo a criação de um espaço de aprendizagem no qual tanto alunos quanto professores possam pesquisar conceitos e aplicar seu aprendizado em um espaço eletrônico. Esse espaço ajuda os alunos a simularem respostas aos desafios e/ou dilemas da Administração Pública.
- **Videoaulas**: Tem como objetivo, ilustrar, reforçar e complementar conteúdo, como um importante recurso didático de auxílio à fixação de conteúdos oferecidos nas modalidades presenciais e a distância.
- **Podcasts / Videocasts**: São programas ou arquivos gravados em qualquer formato digital em áudio e vídeo, de apoio a ação recorrente de divulgação de um tema relacionado a disciplina. Por meio do *feed*, funciona como um índice atualizável dos arquivos disponíveis, novos programas de áudio, vídeo ou fotos que são automaticamente baixados para o leitor, um programa ou página da Internet que verifica os diversos *feeds* adicionados, reconhece os novos arquivos e os baixa de maneira automática.
- **Base de Perguntas e respostas**: Ambiente de gerenciamento de um banco de dados de perguntas e respostas que poderá promover o compartilhamento entre os docentes e servir como parâmetro para verificação de aprendizagem.
- **Ambiente eletrônico de projetos**: Ferramentas de apoio à gestão dos projetos desenvolvidos nas disciplinas, que permitem traçar tarefas, cronogramas, priorização, controle de riscos, entre outras atividades afetas a gestão do projeto.

- **Ambiente case para uso da IA na Administração Pública:** Ferramentas de Data Mining, Text Mining para apoio aos processos de Gestão da Informação e da tomada de decisão.

Segundo (BLOOM, 1973), a taxonomia dos objetivos educacionais para o domínio cognitivo define habilidades de pensamento e possui seis níveis que são comumente divididos em duas áreas. A primeira considerada operações de pensamento de baixo nível inclui as ações de lembrar, compreender e aplicar; e a segunda considera aquelas operações de pensamento mais elaborado ou de alto nível consistindo em analisar, sintetizar e avaliar.

Como consequência, entende-se que as ferramentas e o apoio da Tecnologia da Informação de suporte ao docente em ambientes EaD (*Learning Management Systems – LMS*) devem prover alguns recursos aos docentes e discentes que realizam disciplinas nestas modalidades, como estes a seguir:

- **Gerenciamento de sala de aula** - facilitar notas de aula ou outros materiais de aprendizagem para uma aula específica (por exemplo, o palestrante cria um site para distribuir materiais).
- **Gerenciamento de curso** – o suporte deve abranger várias sessões e aulas em um curso inteiro com objetivos comuns, adicionando ferramentas para avaliação, feedback e discussão.
- **Gerenciamento de currículo** - fornece meta-ferramentas (por exemplo, marcação de conteúdo e gerenciamento de objetivo) para lidar com relacionamentos entre um conjunto de disciplinas. Essas ferramentas podem ser usadas para indexar um currículo em um programa ou identificar atributos comuns em cursos.
- **Gestão da informação organizada em torno do aluno.** Facilitar o aprendizado autodirecionado, pois os alunos podem escolher entre uma variedade de oportunidades de aprendizagem e podem progredir em ritmos diferentes ao longo do tempo, dependendo das metas individuais. Os alunos podem ter uma área privada para reunir recursos selecionados (facilitando o uso de um e-portfólio).
- **Gerenciamento da comunidade** - permite que os membros da equipe se estendam além da turma, do curso, do currículo ou do aprendiz tradicional do campus e permitam múltiplos contextos e organizações de aprendizagem.

5.8.2 Ambiente virtual de aprendizagem⁴

O uso do ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Polvo e/ou Moodle), já é uma realidade no curso de Administração Pública. É um ambiente via WEB que dispõe de diversos recursos que visam auxiliar o aluno no seu estudo autônomo. Tem como objetivo oferecer um ambiente dinâmico e de fácil navegação, além de propiciar uma maior interatividade entre todos os participantes, ou seja, aluno-professor tutor (professor da disciplina). Neste ambiente de aprendizagem o aluno tem acesso aos conteúdos das disciplinas disponibilizados pelos professores, onde pode realizar diversas atividades, a partir do uso de recursos informacionais síncronas e assíncronas: agenda, chat, fórum, mala direta, material de apoio, trabalho colaborativo e perfil. Nos quadros 8 e 9 são apresentados os recursos da Plataforma Polvo e Plataforma Moodle:

Quadro 8: Recursos informacionais da Plataforma Polvo

Recursos	Comentários
Agenda	É uma ferramenta que permite aos professores e alunos incluir diversos compromissos, como, por exemplo: aviso sobre a disciplina ou de trabalhos desenvolvidos.
Chat	Também conhecida como bate-papo, permite troca de ideias em tempo real acerca de temas relevantes da disciplina. Constitui-se como uma ferramenta síncrona, importante na mediação e no esclarecimento de dúvidas. As transcrições dos debates realizados são armazenadas nos logs, permitindo ao usuário recuperar informações sobre a participação efetiva dos usuários e dos temas discutidos.
Fórum de discussões	Viabiliza troca de informações, ideias e discussões entre os participantes de um curso ou uma disciplina através de postagens de mensagens assíncronas, que ficam disponíveis para consultas. Possibilita o acesso à lista de todos os fóruns cadastrados, com sua situação (ativo/desativo) e a quantidade de mensagens editadas ou postadas.
Mala direta	Permite que os usuários tenham acesso aos endereços eletrônicos dos usuários do ambiente.
Material de apoio	O professor disponibiliza os materiais que julga importante para o aprofundamento teórico, tais como textos, artigos, publicações, endereços de sites interessantes, etc.
Trabalho colaborativo	Permite a integração dos usuários do ambiente virtual de apoio à aprendizagem POLVO. Entretanto a comunicação nesta ferramenta ocorre de maneira direcionada, e compartilham-se: ideias, temas, projetos, etc. Nessa ferramenta os trabalhos só poderão ser publicados pelo professor depois de devidamente avaliados e julgados adequados para socialização. O usuário da comunidade virtual pode especificar para quem quer enviar o seu arquivo: se para a comunidade ou para um usuário em particular. Há a possibilidade de trocas de materiais através dessa ferramenta, sendo útil para situações de entrega de trabalhos.
Meus dados	Permite a visualização e a atualização de dados pessoais (e-mail, endereço,

⁴ O texto referente ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi adaptado do Projeto Político Pedagógico de reforma curricular do curso de Administração Empresarial (ESAG/Udesc) (DAE, 2019).

	etc.) dos alunos da mesma comunidade virtual.
Log	Possibilita aos diversos usuários, principalmente os professores e os coordenadores, acompanharem o tempo que cada usuário permaneceu conectado no POLVO, bem como período e local de acesso. Existem dois tipos de filtros para essa consulta: uma lista de acessos que apresenta opções de listagens por intervalos de tempos e por tipos de listagens. Esse tipo de consulta pode ser realizado de forma resumida, apresentando todas as entradas e saídas do sistema feitas pelos usuários, e de forma completa, apresentando uma média do tempo de permanência de cada usuário.

Quadro 9: Recursos informacionais da Plataforma Moodle

Recursos	Comentários
Agenda	Permite aos coordenadores, professores e alunos acompanharem os compromissos sobre a disciplina e trabalhos desenvolvidos, bem como outras ações divulgadas no curso.
Chat	Ferramenta de bate-papo que permite atividade síncrona entre os usuários, possibilitando ao professor realizar atendimento individual ou em grupos. OS chats são armazenadas nos logs, gerando memória dos temas debatidos e dúvidas sanadas.
Fóruns	A ferramenta fórum se divide em: - fóruns de aviso, que são utilizados para apresentações dos alunos, notícias pertinentes a disciplina, para tirar dúvidas existentes no andamento das atividades pedagógicas; - fóruns de interação, que são espaços onde os alunos são estimulados a exporem suas opiniões sobre os assuntos sugerido pelos professores através de textos, vídeos, palestras, etc.
Mala direta	Permite que os usuários tenham acesso aos endereços eletrônicos dos usuários do ambiente.
Material de apoio/Midiateca	Permite ao professor disponibilizar materiais para aprofundamento teórico, tais como textos, artigos, publicações, endereços de sites interessantes, links das videoconferências, videoaulas, etc.
Questionário	Permite ao professor elaborar banco de questões com tempo pré-determinado, com feedback automático, a possibilidade de diversas tentativas e avaliação. As questões podem ser de múltipla escolha, verdadeiro ou falso e respostas rápidas.
Perfil	Permite a visualização e a atualização de dados pessoais (e-mail, endereço, etc.) a todos os usuários.
Log de acesso	Possibilita aos diversos usuários, principalmente os professores e os coordenadores, acompanharem o tempo que cada usuário permaneceu conectado no Moodle.
Barra de Progresso	Possibilita aos diversos usuários, o acompanhamento do desenvolvimento das atividades, ou seja, se o acadêmico está progredindo na realização das atividades.
Pesquisa de avaliação	Permite ao professor coletar feedback junto aos acadêmicos para aperfeiçoar a disciplina/curso.
Enquete	Permite construir pesquisas com o objetivo de obtenção de informações dos usuários.
Tarefa	Permite que o professor possa avaliar o rendimento do aluno na disciplina por meio do envio de arquivos, textos, que podem ser inseridos ou digitados diretamente no moodle.

Fonte: Udesc (2019)

5.8.3 Estrutura de laboratórios

A estrutura de laboratórios à disposição do curso de Administração Pública no âmbito da ESAG/Udesc está detalhado no item 9.2 deste PPC no que tange aos Recursos Materiais, item Laboratórios.

5.9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) é fruto de monografia, projeto de iniciação científica, projeto de atividades, atividade profissional, ou qualquer outra modalidade, formatos de apresentação e avaliação, resultante da experiência adquirida pelo aluno no Estágio Curricular Supervisionado. O assunto será regulamentado no “Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração Pública da UDESC-ESAG”.

O Trabalho de Conclusão de Curso é produto do TCC I (projeto) e do TCC II (relatório), oferecidas no 7º termo 180 horas (10 créditos) e no 8º termo com 180 horas (10 créditos), equivalendo ao estágio curricular supervisionado. A elaboração do TCC I e II contará com a orientação docente da Udesc.

5.10 Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) envolvem aquelas realizadas pelo aluno, vinculadas a sua formação e/ou promovidas pelo curso de Administração Pública, visando a complementação dos conteúdos ministrados e/ou a atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes ligados a Administração Pública.

Podem ser consideradas AC aquelas atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração universitária ou mistas, realizadas pelo aluno complementarmente à matriz curricular obrigatória, conforme descrito na Resolução 026/2012-CONSEPE, Resolução nº 43/2014-CONSEPE, e Resolução nº 19/2013-CONSEPE.

Este Projeto Político Pedagógico prevê um total de **288 horas** de AC como requisito para integralização curricular. Este total de horas configura **8%** (288 / 3.600) da carga horária mínima para integralização de curso de bacharelado em Administração Pública, estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (Resolução 1/2014 – CNE), respeitando, portanto, o estabelecido na Resolução 026/2012 (CONSEPE/Udesc), no seu parágrafo 3º do Art. 1:

§ 3º O total da carga horária atribuída às Atividades Complementares deve contemplar de 8% a 10% do total da carga horária mínima do curso definida pela legislação, tanto para as modalidades presenciais como para as modalidades à distância, não podendo exceder este limite.

5.11 Utilização de 20% de sua carga horária na modalidade a distância

Os cursos ofertados na modalidade presencial, desde que reconhecidos pelos órgãos competentes, foram autorizados pela portaria MEC Nº 2.253/2001 a “introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1.996” (MEC, 2001, p. 1).

Pela referida portaria, ficou estabelecido que as disciplinas ofertadas na modalidade a distância não poderão exceder a vinte por cento (20%) do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.

Esta iniciativa foi aprimorada ao longo do tempo, culminando na Portaria MEC Nº 1.428/2018, que “Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial” (MEC, 2018, p. 1).

A portaria 1.428/2018 manteve a orientação da aplicação de 20% do currículo do curso na oferta, com a redação do Artigo 2º e de seu parágrafo único, dada por:

Artigo 2º: As IES que possuam pelo menos 1 (um) curso de graduação reconhecido poderão introduzir a oferta de disciplinas na modalidade a distância na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso (MEC, 2018, p. 1).

Parágrafo único. As disciplinas na modalidade a distância devem estar claramente identificadas na matriz curricular do curso, e o projeto pedagógico do curso deve indicar a metodologia a ser utilizada nestas disciplinas (MEC, 2018, p. 1).

No artigo 7º da Portaria 1.428/2018, tem-se que a oferta das disciplinas previstas no artigo 2º desta Portaria deverá incluir:

- Métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos:

De acordo com MEC (2007, p. 1), não existe um modelo único de metodologia de Educação a Distância (EaD) e por isso, cada instituição constrói sua experiência em EaD e se ajusta à modalidade, “[...] dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD”.

Os professores das disciplinas trabalhadas na modalidade EaD serão capacitados em formação continuada e participarão de planejamento de aulas, com vistas à organizar a operacionalização tecnológica e pedagógica da disciplina.

Do ponto de vista pedagógico, a modalidade de Educação a Distância (EaD) já vem sendo utilizada pelos professores do DAP, no âmbito do cursos de graduação em Administração Pública (EaD) e no curso de pós-graduação em Gestão Municipal (EaD). Neste sentido, já foram testados e aprimoradas as seguintes características:

- Material didático específico:** o material didático será estruturado pelos professores no processo de organização da disciplina e disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - tais como o Polvo e o Moodle - espaço onde o aluno terá acesso ao material em versão que possibilita o acesso off-line. Por meio de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), também serão disponibilizados o material de apoio, a agenda, os chats, fórum, mala direta, material de apoio, dentre outras informações consideradas relevantes.
- Mediação de tutores e profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados:** as aulas serão ministradas por professores - que atuarão como tutores da disciplina – com a alocação de carga horária no Plano de Trabalho Individual (PTI) organizada pela Chefia do Departamento, homologada em reunião do Colegiado Pleno do Departamento.
- As atividades realizadas a distância devem ser descritas no plano de ensino da disciplina:** o plano de ensino deve seguir o modelo disponibilizado pelo Departamento de Administração pública, explicitando: a ementa, a apresentação de objetivos geral e específicos, o desdobramento do conteúdo programático, a metodologia do ensino, o sistema de avaliação e a bibliografia. Serão produzidos e disponibilizados aos alunos por meio do Sistema de Gestão Acadêmica da Udesc (SIGA) os planos de ensino e as notas

oriundas das avaliações. Os planos de ensino também serão disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

- Demais recursos técnico-pedagógicos: Também serão disponibilizados os conteúdos por meio de ferramentas síncronas e assíncronas. São exemplos de ferramenta síncronas: webconferências, videoconferências, chats. São exemplos de ferramenta assíncronas: videoaulas, podcasts, áudio-dúvidas.

- Sistema de avaliação: sobre a avaliação dos acadêmicos nas disciplinas ofertadas à distância, o Artigo 9º prevê que: “as avaliações das disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais, bem como as atividades práticas exigidas nas respectivas DCN, devem ser realizadas presencialmente, na sede ou em um dos campi da IES” (MEC, 2018, p. 1). Ressalta-se que o sistema de avaliação do processo de aprendizagem segue os parâmetros estabelecidos pelo Regimento Geral da UDESC, em seus Artigos 144 a 148 - Verificação do processo de ensino e aprendizagem. Da mesma forma, recomenda-se que se atenda a legislação vigente da UDESC, e que as disciplinas ofertadas na modalidade EaD deverão realizar, no mínimo, duas avaliações presenciais, devidamente informada no calendário da disciplina, indicando o local e horário de aplicação. As demais avaliações (participação em fóruns, exercícios, trabalhos, dentre outros) poderão ser realizadas por meio da Plataforma Virtual, devidamente sinalizado no plano de estudos e calendário disponibilizados aos alunos. A disciplina ministrada na modalidade EaD exigirá do aluno e do professor a frequente presença no ambiente virtual. O aluno deverá realizar o acompanhamento dos conteúdos disponibilizados e o desenvolvimento das tarefas solicitadas na Plataforma Virtual e o professor deverá realizar o acompanhamento, a avaliação e o feedback permanente.

- Carga horária definida para cada uma, explicitando a forma de integralização da carga horária destinada às atividades on-line: nesta matriz curricular proposta para o curso de graduação em Administração Pública, serão ofertadas quatro disciplinas na modalidade EaD. As demais disciplinas serão ofertadas na modalidade presencial.

Quadro 10: Disciplinas na modalidade EaD

Disciplinas na modalidade EaD	Créditos	Termo
Produção do conhecimento científico na Adm. Pública	02	1
Introdução à ciência de dados	04	2
Finanças públicas	04	3
Teorias de política pública	04	4

Total	14	
Percentual de EAD – relativo aos créditos totais	7%	

As disciplinas Tópicos Especiais 1 (1º termo – 2 créditos), Tópicos Especiais 2 (7º termo – 4 créditos), Tópicos Especiais 3 (8º termo – 2 créditos) e Tópicos Especiais 4 (8º termo – 4 créditos) deixam em aberto a modalidade de oferta (presencial ou EaD). A modalidade de oferta deverá ser estabelecida a partir de proposta pelo professor responsável, em acordo com o Chefe de Departamento, aprovada em Colegiado do Curso de Administração Pública. Portanto, um estudante do curso de bacharelado em Administração Pública que venha a frequentar todas as disciplinas em Tópicos Especiais em modalidade EaD, acumulará um total máximo de 26 créditos (14 créditos das disciplinas regulares em EaD + 12 créditos de Tópicos Especiais). Este total máximo de 26 créditos em EaD (ou 13% do curso) figura dentro dos parâmetros da portaria do MEC 1.428/2018 com teto de aplicação em EaD estabelecidos em 20%.

Cabe destacar o Artigo 8º da Portaria MEC nº 1.428/2018, pelo qual se tem que “a oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais, conforme disposto nesta Portaria, deve ser informada previamente aos estudantes matriculados no curso e divulgada nos processos seletivos, devendo ser identificadas, de maneira objetiva, disciplinas, conteúdos, metodologias e formas de avaliação” (MEC, 2018, p. 1).

A oferta de disciplinas e/ou cursos na modalidade a distância necessita a observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares Institucionais, entre eles:

- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
- DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais do Campo de Públicas (Resolução CNE/CES nº 1 de 13.01.2014);
- SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005, que Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- RESOLUÇÃO Nº 106/2014/CONSUNI. Dispõe sobre a Política de Educação a Distância na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina
- RESOLUÇÃO/ CEE 021/2005, de 17 de maio de 2005. Regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade à distância nos cursos de educação superior.
- Portaria MEC 1.428/2018.

6. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS FRENTE À AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso está fundamentada na Lei nº 10.861 do SINAES, e abrange as

estruturas de ensino, pesquisa, extensão e administração, seguindo as normas estabelecidas no Roteiro de Autoavaliação Institucional, elaborado pelo Ministério da Educação (INEP, 2004).

Na busca do autoconhecimento e de subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade das ações do curso, a avaliação é conduzida pela Comissão Setorial de Avaliação (CSAs) do Centro e incentivada pela Direção Geral da ESAG por meio dos Chefes de Departamento, Conselhos de Líderes e Diretório Acadêmico. Também no âmbito universitário, o curso de Administração Pública está amparado pela Comissão Própria de Avaliação (COAI), órgão colegiado permanente ligado à Pró-Reitoria de Ensino que tem implementado e sistematizado o processo de avaliação institucional da UDESC, aí incluída a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

- **Atividades de auto-avaliação:**

Ao longo dos últimos anos o DAP realizou diversas atividades de diagnóstico e auto-avaliação do curso, dentre elas:

- Fórum pedagógico de compartilhamento dos dados e informações coletadas da avaliação institucional;
- Diálogo com os líderes de classe para identificar deficiências na formação, causas de reprovação e demandas dos discentes e tomar as medidas necessárias em prol da qualidade do ensino;
- Acompanhamento e análise do abandono de estudantes no curso, reingresso e a movimentação intercurso;
- Monitoramento da taxa de retenção discente – integralização de créditos no curso pelos discentes, de modo a evitar que os estudantes ultrapassem o período máximo de integralização curricular;
- Verificação do número de ingressantes no curso por semestre em relação aos concluintes para aferir a eficácia do curso. Esta análise visa (re)conhecer causas da retenção e/ou baixa eficácia e nível de efetividade do curso;
- Levantamento contínuo junto aos docentes sobre o estado da infraestrutura, equipamentos e acervo bibliográfico para melhoria constante e renovação do acervo.

- **Ações decorrentes da auto-avaliação:**

Dentre as ações desenvolvidas a partir da autoavaliação pode-se citar:

- Apresentação do curso aos discentes e dos eixos de formação do curso e disciplinas da grade curricular e sua relação com os conteúdos nos eixos de formação, para que o estudante conheça a grade curricular e possibilidades de campo de atuação;
- Discussão da integração horizontal e vertical de conteúdos programáticos, com o intuito de se identificar as sobreposições, repetições e distanciamento das disciplinas pertencentes aos diferentes troncos comuns de conhecimento;
- Desenvolvimento de projeto de ensino para a capacitação e atualização dos professores;
- Reuniões pedagógicas com os docentes antes do início de cada semestre e ao término, para discussão dos planos de ensino, trabalhos interdisciplinares e compartilhamento de práticas pedagógicas que demonstraram maior aprendizado e interesse pelos discentes;
- Implantação do plano de aula para favorecer o acompanhamento dos conteúdos pelos discentes em relação aos planos de ensino;
- Uso de mídias sociais para divulgação de eventos, seminários, palestras, encontros desenvolvidos pelo curso, pela Universidade e/ou instituições externas que possibilitem ao estudante o seu desenvolvimento;
- Realização de reunião com os docentes e discentes de cada fase do curso, com o intuito de debater e traçar metas para sanar as deficiências identificadas na avaliação institucional;
- Discussão com os docentes sobre o estágio curricular obrigatório para aprimoramento dessa etapa do processo de formação;
- Desenvolvimento de banco de dados de órgãos do executivo, legislativo e judiciário, da administração direta e indireta e organizações do terceiro setor para a realização de estágios supervisionados;
- Encontro com os dirigentes de Recursos Humanos de instituições públicas para esclarecimentos do estágio curricular obrigatório e seu desenvolvimento no curso de administração pública;
- Realização de eventos, palestras, semana acadêmica que possibilitem aos estudantes seu desenvolvimento completo;
- Estímulo à participação dos estudantes em atividades de pesquisa e de extensão para estender os limites do princípio da indissociabilidade imprescindível para a formação profissional e interação efetiva com a sociedade, assim como, para rever as práticas desenvolvidas no curso;
- Implantação de empresas juniores para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem e incremento das relações com a comunidade;
- Desenvolvimento de programas de monitoria para promover a melhoria na qualidade de ensino da graduação, articular teoria e prática, e contribuir com o processo de ensino aprendizagem e a redução da evasão e repetência;

- Realização de visitas técnicas em órgãos do executivo, legislativo e judiciário, da administração direta e indireta e em organizações da sociedade civil para ampliar os conhecimentos práticos e desenvolver capacidades de análise e crítica, assim como, fortalecer o vínculo com o curso de administração pública e com estas instituições;
- Realização de consultoria de procedimentos junto à órgãos do executivo e legislativo, da administração direta e indireta e organizações da sociedade civil com vistas a sistematizar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso;
- Atendimento psicopedagógico aos estudantes que demonstrem necessidade e/ou busquem este tipo de apoio na instituição;
- Desenvolvimento contínuo de ações para assegurar a pontualidade e assiduidade dos docentes e discentes, para o bom funcionamento do curso.

7. VERIFICAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve respeitar os parâmetros estabelecidos no Regimento geral da Udesc, além de refletir o perfil e as práticas pedagógicas dos professores e ser coerente com as características centrais do curso, seus objetivos, vocação e perfil de egresso.

A verificação do aproveitamento escolar pode ser efetuada sob duas condições, ou seja, por resultados (verificação somativa) e por processos (verificação formativa). A primeira tem por objetivo verificar o rendimento do aluno no final do semestre, após a ministração dos assuntos relativos às diferentes disciplinas do curso. Já a segunda, busca verificar o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado, dependendo das práticas pedagógicas utilizadas pelo docente.

A verificação do aproveitamento escolar por meio de questões objetivas e discursivas tem por finalidade, geralmente, a busca da averiguação da apreensão de conhecimentos adquiridos nas disciplinas. As avaliações também devem contemplar uma concepção alargada de educação, conhecimento, perfil do egresso, perfil do professor, objetivos do curso.

As avaliações objetivas e subjetivas/discursivas podem ter perfil de verificação de conteúdo apresentado, verificação de habilidades (por exemplo, pela resolução de exercícios), resolução de situações-problema, simulações. As avaliações podem ser individuais (ex. provas, monografias, exercícios) ou em grupos (apresentações orais, seminários, trabalhos

coletivos, simulações de projetos coletivos), de maneira a avaliar o raciocínio e a capacidade de compreensão e interpretação dos temas estudados.

Os instrumentos de verificação do rendimento do aluno deverão ser, portanto, eficazes e efetivos no sentido de propiciar o entusiasmo e a motivação para o exercício profissional, ao invés de se preocupar em colocar no mercado meros reprodutores de conhecimento que não tenham quaisquer compromissos com o curso e ainda com o meio.

Duas dimensões não podem ser esquecidas na verificação do aproveitamento escolar: as partes envolvidas na verificação devem participar conjuntamente, ou seja, aluno e professor devem verificar, em conjunto, o resultado que alcançaram para sabore o aprendizado que realizaram. Ainda, a verificação do processo de ensino-aprendizagem deve ser recorrente e o mais coerente possível com o conteúdo abordado. Por isso, todo processo é contínuo e, como tal, deve ser verificado em vários intervalos para que as partes envolvidas possam discutir os problemas que estão ou não facilitando esse aprendizado. Desta forma, professores e alunos terão condições de implementar mudanças que assegurem um processo de ensino-aprendizagem efetivo para ambas as partes.

O sistema de avaliação do aproveitamento segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução 03/2013 – CONSEPE, a seguir:

Art. 1º A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada, progressivamente, durante o período letivo, através de instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem previstos no Plano de Ensino de cada disciplina.

Parágrafo Único. O Plano de Ensino de cada disciplina aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) deverá:

- I - Ser apresentado pelo Professor aos acadêmicos no primeiro dia de aula;
- II - Estar registrado no Sistema de Gestão Acadêmica e/ou enviado cópia impressa à Secretaria de Ensino de Graduação até o primeiro dia de aula;
- III - Conter os seguintes itens:
 - a)Identificação;
 - b)Ementa;
 - c)Objetivos geral e específico;
 - d)Conteúdo programático;
 - e)Metodologia;
 - f) Sistema de avaliação (número de avaliações e pesos das mesmas); e
 - g)Bibliografia básica e complementar.

Art. 2º O professor deverá realizar, no mínimo, 2 (duas) avaliações em cada disciplina

por semestre.

Art. 3º Os resultados das avaliações deverão ser comunicados, pelo professor, diretamente aos acadêmicos e publicados no Sistema de Gestão Acadêmica, a fim de que os mesmos, tomando ciência dos resultados alcançados, possam recuperar conteúdos.

§ 1º O prazo previsto para a divulgação dos resultados de cada avaliação é de, no máximo 10 (dez) dias úteis, a contar da data de sua realização.

§ 2º O prazo de 10 (dez) dias poderá ser reduzido para atender aos prazos dispostos no Calendário Acadêmico quanto a inclusão das notas das avaliações e exames finais.

§ 3º Havendo discordância da nota obtida na avaliação, o acadêmico terá direito de solicitar revisão de prova, nos termos das resoluções vigentes na UDESC.

Art. 4º A publicação das médias semestrais e exames finais no Sistema de Gestão Acadêmica deverá obedecer aos prazos fixados no Calendário Acadêmico.

§1º O professor deverá, para cada disciplina ministrada, encaminhar à Secretaria de Ensino de Graduação os exames finais realizados e a lista de presença dos acadêmicos nestes exames.

§2º A entrega do Diário Acadêmico deverá ocorrer em conformidade com as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico.

Art. 5º A inclusão da frequência, no Sistema de Gestão Acadêmica, deverá ser realizada até 10 (dez) dias úteis após a realização da atividade de ensino.

Parágrafo único. Eventualmente, o prazo de 10 (dez) dias poderá ser reduzido para atender aos prazos dispostos no Calendário Acadêmico.

Para as disciplinas na modalidade EaD, o professor deverá realizar também, no mínimo, duas avaliações presenciais. As demais avaliações (participação em fóruns, exercícios, trabalhos colaborativos, dentre outros) poderão ser realizadas de forma online. Os professores das disciplinas ofertadas nas modalidades presencial e em EaD deverão informar aos alunos o calendário, o horário e o local das avaliações.

O controle da frequência dos alunos será feito pelos professores no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA), respeitado o percentual mínimo de 75% como requisito para aprovação, conforme estabelece o Regimento Geral da UDESC.

8. CORPO DOCENTE DO CURSO

8.1 Identificação dos docentes do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação

A nominata do corpo docente, com sua respectiva situação funcional, regime de trabalho e titulação pode ser verificada no Quadro 11.

Quadro 11: Titulação e regime de trabalho do corpo docente

NOME	SITUAÇÃO FUNCIONAL		REGIME DE TRABALHO					TITULAÇÃO				
	E	S	10	20	30	40	DI	G	E	M	D	
Aline Regina Santos	X					X	X					X
Ana Paula Grillo Rodrigues	X					X	X					X
Arnaldo José de Lima	X					X						X
Daniel Moraes Pinheiro	X					X	X					X
Denilson Sell	X					X						X
Emiliana Debetir	X					X	X					X
Ênio Luiz Spaniol	X					X	X					X
Ivoneti da Silva Ramos	X					X	X			X		
Janice Mileni Bogo	X					X	X					X
José Francisco Salm Jr.	X					X						X
Leonardo Secchi	X					X	X					X
Luciana F. Abreu Ronconi	X					X	X					X
Maria Carolina M. Andion	X					X	X					X
Maurício Custódio Serafim	X					X	X					X
Mauro Sérgio B. Goulart	X					X	X					X
Michelini Gaia Hoffmann	X					X	X					X
Patrícia Vendramini	X					X	X					X
Paula Chies Schommer	X					X	X					X
Rodrigo Bousfield	X					X	X					X
Simone Ghisi Feuerschütte	X					X	X					X
Sulivan Desirée Fischer	X					X	X					X
Valério Alécio Turnes	X					X						X

Professor Substituto			CH/ENSINO		G	E	M	D
Aghata K. R. Gonsalves		X	12			X		
Davi Baasch		X	04					X
Gabriel B. Di Bernardi Lopes		X	12					X
Guilherme Kraus dos Santos		X	12				X	
Lucas Carregari Carneiro		X	12				X	
Maria Clara Figueiredo Ames		X	16				X	
Patrícia Loureiro Barbosa		X	16					X

Legenda: E-efetivo; S- substituto; DI – dedicação integral; G-graduado; E-especialista; M-mestre; D-doutor

9. RECURSOS NECESSÁRIOS

9.1 Recursos humanos

9.1.1 Identificação dos docentes a contratar por disciplina

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso **não necessita de contratação de novos professores além daqueles já estipulados para a matriz vigente.**

9.1.2 Relação dos técnicos universitários a contratar

No atual momento, o Departamento do Curso de Administração Pública **não necessita de contratação de técnico/funcionário efetivo além daqueles já estipulados para a matriz vigente.**

9.2 Recursos materiais⁵

9.2.1 Laboratórios

Os laboratórios de informática são coordenados por um Analista de Suporte, apoiado por um técnico universitário e bolsistas da graduação. Os laboratórios de informática têm sido utilizados como uma ferramenta auxiliar na prática pedagógica dos professores e estão

⁵ O texto referente ao aos Recursos Materiais foi adaptado do Projeto Político Pedagógico de reforma curricular do curso de Administração Empresarial (ESAG/Udesc) (DAE, 2019).

disponíveis a partir das 08h20min, fechando somente as 22h20min. Estes laboratórios podem ser utilizados para as aulas e também pelos discentes fora do horário de suas aulas. Tais laboratórios também são utilizados em práticas de extensão envolvendo professores e alunos de programas de extensão.

No Quadro 12 são demonstrados os laboratórios utilizados pelo Curso, em que todos os laboratórios possuem ar-condicionado e todo o prédio do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas é atendido pela rede sem fio.

Quadro 12: Laboratórios de informática

Sala	Ambiente	Área (m ²)
25	Laboratório de Informática 1	48
27	Laboratório de Informática 2	48
28	Laboratório de Informática 3	60
24	Laboratório de Informática 4	60

Quadro 13: Descrição dos laboratórios de informática

Sala	Ambiente	Equipamentos	Coordenação
25	Laboratório de Informática 1	21 computadores e 1 projetor.	Analista de Suporte Bolsista: 1
27	Laboratório de Informática 2	21 computadores, 5 mesas com ponto de rede e tomada para notebook e 1 projetor.	Analista de Suporte Bolsista: 1
28	Laboratório de Informática 3	21 computadores, 5 mesas com ponto de rede e tomada para notebook e 1 projetor.	Analista de Suporte Bolsista: 1
24	Laboratório de Informática 4	21 computadores, 5 mesas com ponto de rede e tomada para notebook e 1 projetor.	Analista de Suporte Bolsista: 1

Atualmente, o laboratório consta com 05 monitores que auxiliam os professores nas aulas desenvolvidas nos laboratórios e 08 bolsistas que garantem o perfeito funcionamento dos equipamentos (Quadro 13). A configuração dos equipamentos e os programas de apoio podem ser verificados a seguir:

Sistema Operacional: Microsoft Windows 10 Professional

Programas Básicos: Microsoft Office 2016 Professional; Flash Player; Java JRE6; Google Chrome; Mozilla Firefox.

Antivírus: Microsoft Security Essentials

Programas auxiliares/complementares as aulas: BizAgi; Xmind; Economática; Microsoft Project; Simul8; Mendeley; Rstudio; SPSS; RapidMiner; Stata.

Há ainda o Laboratório de Tecnologias da Informação e Comunicação – LabTIC que oferece suporte aos cursos da ESAG na utilização de plataforma de ensino a distância desenvolvida internamente. O LabTIC dispõe atualmente de 04 monitores para apoio a atividades de ensino e 02 bolsistas para apoio administrativo.

Além dos laboratórios de informática, todas as salas do Curso de Administração contam ainda com o suporte de projetores multimídia e computadores.

9.2.2 Instalações físicas:

O Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da UDESC – ESAG possui área total distribuída da seguinte forma: piso térreo: 2.573 m² e piso superior 2.254m².

O curso dispõe das seguintes instalações/espaços físicos, conforme demonstra o Quadro 14.

Quadro 14: Instalações/espaços físicos

Salas de aula com 20 lugares (todas climatizadas)	02
Salas de aula com 25 lugares (todas climatizadas)	02
Salas de aula com 40 lugares (todas climatizadas)	06
Salas de aula com 45 lugares (todas climatizadas)	08
Salas de aula com 50 lugares (todas climatizadas)	03
Salas de monitoria	02
Salas dos centros acadêmicos dos cursos de Administração Empresarial, Administração Pública, Ciências Econômicas	04
Auditório com capacidade para 120 pessoas	01
Salas para grupos de extensão: Enactus, Clube de Finanças e Esag Sênior	03
Salas para grupos de pesquisa	09
Direção Geral (Diretor Geral + recepção + sala de reuniões)	03
Direção Administrativa (Diretor Administrativo + Coordenadoria de Serviços Gerais/Coordenadora de Licitação e Compras + Reprografia)	03
Direção de Extensão (Diretor de Extensão + Coordenaria de Extensão + sala de reuniões + CIPEX)	04
Direção de Pesquisa e Pós-Graduação (Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação + Secretaria de Ensino de Pós-Graduação/Coordenadoria de Pesquisa/Coordenaria dos Programas de Pós-Graduação)	02
Direção de Ensino de Graduação (Diretor de Ensino + Secretaria de Ensino de Graduação + Coordenadoria de Estágios + Apoio Pedagógico + sala de Orientação de Estágio + sala do EAD)	06
Departamentos (Ciências Econômicas + Administração Empresarial + Administração Pública + recepção)	04
Coordenadoria de Recursos Humanos	01
Coordenadoria de Finanças e Contas	01
Coordenadoria de Informática (Coordenador + 4 laboratórios)	05
Comunicação Institucional	01
Arquivo Permanente	01
Almoxarifado	01

Sala do LabTIC - Laboratório de Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicada	01
Sala do ITAG – Custo de Vida	01
Sala da ESAG Jr. – Empresa Júnior de Administração	01
Sala do DAAG – Diretório Acadêmico da ESAG	01
Sala da Atlética da ESAG	01
“Aquário da ESAG” – Espaço de Eventos	01
Lanchonete + área de convivência	01
Copa	01
Banheiros (04 femininos + 04 masculinos + 02 adaptados para PcD)	10

O auditório da ESAG tem capacidade para 120 pessoas e espaço físico aproximado de 180 m². O Curso de Administração Pública utiliza esse espaço para promover eventos, palestras e seminários decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do Curso de Administração Pública

As instalações e os espaços físicos descritos no Tópico 9.2. são utilizados pelo Curso de Administração Pública, assim como pelos cursos de Administração e de Ciências Econômicas, além do Cursos de Mestrado e de Doutorado em Administração.

Quantificação sumária da estrutura existente para pessoas com necessidades especiais

No momento existem sanitários e acesso ao piso térreo adaptados, bem como há um elevador de acesso aos portadores de necessidades especiais no andar térreo e 02 banheiros adaptados.

10.ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

INFORMAÇÕES GERAIS DA BIBLIOTECA CENTRAL

A melhoria do grau do padrão de ensino e pesquisa é geralmente refletida no funcionamento e eficácia das Bibliotecas, pois a qualidade dos serviços prestados pelas suas Bibliotecas reflete o grau de desenvolvimento da Universidade. Quanto maior o investimento em pesquisa e ensino, maior é a necessidade de bibliotecas principalmente nas universidades. A iniciativa de centralizar em um único prédio os acervos das bibliotecas dos quatro centros da UDESC que estão instalados no Itacorubi, teve como premissa a garantia do aumento da qualidade dos serviços. A centralização proporciona aos usuários a utilização de variados recursos de aprendizagem e a exposição do estudante ao convívio com outros alunos e materiais de outras áreas do conhecimento, fato este que

desempenha papel relevante na melhoria do ensino e na integração da comunidade acadêmica.

a) Constituição da biblioteca

A Biblioteca Central foi constituída em julho de 2007 pelos acervos das antigas bibliotecas setoriais do Centro de Artes (CEART), das Ciências Humanas da Educação (FAED), da Administração (ESAG) e do Ensino a Distância (CEAD), atendendo cursos de graduação e pós-graduação por eles oferecidos perfazendo um total de 106.372 títulos e 221.496 exemplares.

Área física

Sua área física perfaz um total de 1.440 m², distribuídos em quatro andares. Este espaço permite um agradável ambiente de leitura e pesquisa e de um armazenamento adequado do acervo. Além dos setores administrativos e técnicos, possui espaço para estudo individual ou em grupos, conta com 10 terminais exclusivos para consulta a bases de dados e Internet e um scanner para digitalização de documentos.

Quadro de pessoal e horário

Seu quadro de pessoal é composto por seis bibliotecárias, quatro técnicos e dez bolsistas. Presta atendimento de segunda a sexta no horário das 7h e 30min às 21h.

d) Software utilizado para gerenciamento

O software utilizado para gerenciamento de seu acervo e atividades relacionadas ao cadastro de usuários e empréstimo é o *Pergamum*, que é um sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada da aquisição ao empréstimo, tornando-se um software de gestão de Bibliotecas.

e) Acervo da BU/UDESC

Na tabelas, a seguir, são verificados dados e informações do acervo da ESAG na Biblioteca Central da UDESC:

Quadro 15: Acervo da ESAG na biblioteca (BU/Udesc)

Material	Quantidade
Livros – títulos	5191
Livros – exemplares*	14743
Artigos	405
Dissertações	386
Monografias TCCs	21
Teses	11
Monog. especialização	578
Periódicos	72
DVD	56
Monog. TCCs Digital	167
Monog. Pós Digitais	145
Grav. Vídeo	52
CDRom	26
Gravação de som	3
TOTAL	7113

*itens não somados

PERIÓDICOS

Fonte: Sistema de Bibliotecas da UDESC

A biblioteca possui o serviço do *Pergamum*, sistema integrado de Biblioteca com acesso ao **ICAP- Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos** que tem como objetivo criar um serviço de indexação compartilhada de artigos de periódicos nacionais, editados pelas Instituições que fazem parte da Rede *Pergamum*. Atualmente a ICAP disponibiliza o acesso a 230 periódicos, 40.035 artigos, 26.061 artigos online (<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php?resolution2=1024>, acesso em 02/05/2019). Também possui acesso aos periódicos da capes. O Portal de Periódicos da Capes oferece acesso a textos selecionados em mais de 45 mil publicações periódicas internacionais e nacionais e às mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na Web. O portal de acesso livre da CAPES disponibiliza periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações de acesso gratuito na Internet selecionados pelo nível acadêmico, mantidos por importantes instituições científicas e profissionais e por organismos governamentais e internacionais.

Na sequência são apresentados os periódicos existentes na Biblioteca Central na área de Administração Pública, Administração, Economia e Contábeis:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

American Review Of Public Administration.
 Desafios do Desenvolvimento.
 Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais.
 Percursos: Revista do Centro de Ciências da Educação.
 Public Administration Review.
 Revista de Administração Pública.
 Revista Do Serviço Público.

ADMINISTRAÇÃO

Adcontar: Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis.
 Administração: Ensino e Pesquisa - RAEP.
 Administração de Empresas Em Revista.
 Administração no Milênio.
 Administrador Profissional.
 Administrative Science Quarterly.
 BASE: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos.
 Business Review: Revista de Negócios da Unifin.
 Caderno de Administração.
 Caderno de Estudos em Administração.
 California Management Review.
 Case Studies: Revista Brasileira de Management.
 Comunicação, Mídia e Consumo.
 Empreendedor.
 Época Negócios.
 Estratégica: Revista da Faculdade de Administração Faap e do Faap-Mba.
 Exame.
 Expressão (Florianópolis).
 Gestão & Planejamento: Revista do Programa de Pós-Graduação Em Administração.
 Gestão & Regionalidade.
 Gestão: Revista Científica de Administração.
 Gestão Rh.
 Gestão: Revista de Administração e Gerência.
 Gv Executivo.

Harvard Business Review Brasil.
Harvard Business Review.
HSM Management.
Locus: Ambiente da Inovação Brasileira.
Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais.
Melhor: Gestão de Pessoas.
Mit Sloan Management Review.
Mundo Project Management.
Organizações & Sociedade.
Organizações em Contexto.
Organization Studies.
Papirus: Revista Estácio de Ciências Sociais Aplicadas.
Pequenas Empresas e Grandes Negócios.
Qualimetria.
Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia.
Race Revista de Administração do Cesusc.
Rege-Usp: Revista de Gestão Usp.
Revista Adm.Made.
Revista Angrad.
Revista Brasileira de Administração.
Revista Catarinense da Ciência Contabil.
Revista da Esag.
Revista da Espm.
Revista da Fae.
Revista da Farn.
Revista de Administração Contemporânea.
Revista de Administração Creupi.
Revista de Administração da Usp.
Revista de Administração Mackenzie.
Revista de Administração.
Revista de Ciências da Administração.
Revista de Negócios.
Revista de Práticas Administrativas.
Revista Faces.
Revista Gerenciais.
Revista Imes: Revista do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul.
Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão.

Revista Sebrae.

Superhiper.

Trevisan.

Você S/A.

ECONOMIA

Bndes Setorial.

Boletim de Conjuntura Econômica.

Cadernos da Faceca.

Cadernos de Economia.

Cadernos Prolam/Usp.

Conjuntura Econômica.

Contextus: Revista Contemporânea De Economia E Gestão.

Economia Aplicada.

Economia e Pesquisa.

Estudo & Debate.

Estudos Economicos.

Exame.

Indústria Brasileira.

Isto é Dinheiro: Revista Semanal De Negócios, Economia, Financas & E-Commerce.

Lider Capital.

Revista Brasileira De Gestão De Negócios.

Revista de Desenvolvimento Econômico.

Revista de Economia e Administração.

Revista de Economia Mackenzie.

Revista do Bndes.

Revista Indústria Brasileira.

Santa Catarina Em Dados.

Suma econômica.

Tecnologia de Crédito = Credit Technology.

Textos de Economia.

The Economist.

Valor Econômico.

BASE DE DADOS

A UDESC disponibiliza acesso a bases de dados online através do Portal de periódicos CAPES que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 45 mil revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 500 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários da UDESC. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet.

Além do Portal de Periodicos CAPES, a BU possui a Business Source Complete - a mais completa base de dados acadêmica na área de negócios do mundo. Oferece conteúdo bibliográfico, texto completo, índices e resumos de periódicos científicos acadêmicos, relatórios econômicos, perfis de empresas, etc.

As demais bases de dados EBSCO atendem todas as áreas do conhecimento, o acesso é provido através do convênio com o Portal de Periódicos Capes e contempla aproximadamente 8800 periódicos em textos completos.

11. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Tendo em consideração o que foi apresentado neste documento, que expressa a capacidade desta proposta de PPC para o Curso de Administração Pública ser implementada sem a necessidade de novos investimentos, custeio ou novas despesas com pessoal, a previsão orçamentária permanece intalterada frente aquilo já disponibilizado e previsto pela Udesc para a implementação da matriz vigente.

12. REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S. Taxonomia dos objetivos educacionais, vols 1 e 2, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1973.

CEN. Resolução 1/2014 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. MEC, 2014.

DAE. Projeto Pedagógico do Curso em Administração – 2020/1. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

DAP. Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos do Centro de Ciências da Administração – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Resolução 002/05 – CONSUNI/Udesc, 2005.

DAP. Reforma curricular do curso de Bacharelado em Administração de Serviços Públicos do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas – ESAG da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. RESOLUÇÃO Nº 097/2007 – CONSUNI - que passa a ser denominado curso de Bacharelado em Administração Pública, 2007.

DAP. Alteração curricular do Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, RESOLUÇÃO Nº 026/2011 – CONSEPE, 2011.

DAP. Ajuste curricular no Curso de Administração Pública, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, RESOLUÇÃO Nº 040/2017 – CONSEPE, 2017.

ESAG. Curso de Administração de Serviços Públicos. Aprovado pela Resolução nº 001/2004 - CONSUNI, de 25 de março de 2004.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>, MEC, 2004.

MEC. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/portaria-2253-2001/>

MEC. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: agosto de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>

MEC. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2669/portaria-mec-n-1.428>

QUERINO, Mariana. O processo de adaptação estratégica da Escola Superior de Administração e Gerência: da concepção à percepção de seus gestores estratégicos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

SALM, J. F., SCHOMMER, P. C., HEIDEMANN, F. G., VENDRAMINI, P., MENEGASSO, M. E. Curso de administração pública da Universidade do Estado de Santa Catarina: **uma construção à luz da coprodução do bem público e do novo serviço público.** Temas de administração pública, UNESP. Araraquara, v.2, p.1 - 29, 2011.

UDESC. **Moodle Udesc – Ambiente Virtual de Aprendizagem.** Disponível em <https://www.moodle.udesc.br/>, Acesso em 11 de outubro de 2019, 2019.

ANEXO 1 – ESTRATÉGIA DIDÁTICA

As estratégias didáticas para realização do processo de ensino-aprendizagem são fundamentais para que o conteúdo proposto no PPC em geral, e nas disciplinas, em específico, sejam integralizadas de maneira a consolidar o conhecimento e desenvolver as habilidades necessárias para o Administrador Público.

Em pesquisa realizada pela Comissão da Reforma junto aos planos e ensino das disciplinas do curso de Administração Pública, foram identificadas as seguintes características que pautam esta proposta de reforma didática:

- A estratégias didáticas adotadas são similares em todas as etapas da formação do aluno (início, meio, fim) ao longo do curso;
- Comparativamente aos conteúdos (fixados nas ementas das disciplinas), existe baixa direção/orientação didática por parte do Departamento de Administração Pública aos professores da disciplinas, ficando de livre escolha do professor a adoção, adaptação ou omissão de determinadas estratégias didáticas;
- A quase totalidade de disciplinas (98%) utilizam a estratégia de aula expositiva-dialogada como estratégia base;
- Outras estratégias bastante utilizadas durante a implementação do antigo PPC foram: leitura de textos (56%), exercícios de fixação (52%), estudos de caso (46%), seminários - alunos apresentam (39%), filmes (34%), debates (24%), palestrantes externos (22%), visitas técnicas (17%).
- Em metade das disciplinas (50%), os professores criam ou adaptam suas próprias estratégias didáticas como forma de inovar e gerar dinâmica no processo de ensino e aprendizagem.

Com exceção desta última constatação, que traz um potencial criativo-didático e customizado do corpo docente do DAP, as demais características apontam para oportunidades de melhoria. Neste sentido, esta proposta de reforma do PPC leva consigo diretrizes que possam ajustar o processo de ensino-aprendizagem com os seguintes objetivos:

- Determinar estratégias didáticas mais adequadas para cada um dos quatro níveis de formação, para que o processo ensino-aprendizagem seja mais efetivo ao nível de conhecimento, maturidade e capacidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos.
- Reforçar o papel orientador da Coordenação do curso no sentido de cumprir e fazer

cumprir o PPC em termos das estratégias didáticas mais adequadas a cada nível de formação dos estudantes de Administração Pública.

- Definir prioridades e gerar subsídios para a capacitação do corpo docente na adoção de estratégias didáticas.

Para tanto, foram incorporados neste PPC propostas didáticas inovadoras, além de oficinas no Departamento de Administração Pública, bem como consulta junto aos professores quanto ao que se considera adequado para cada nível de formação dos estudantes. O resultado está no Quadro 16 a seguir:

Quadro 16: Práticas pedagógicas adequadas para cada nível (ano)

Prática pedagógica	1º nível	2º nível	3º nível	4º nível
Recomendada	Leitura de textos Visitas técnicas Palestrantes externos Estudos de caso Exercícios EAD Gamification	Estudo de caso Leitura de textos EAD Visitas técnicas Sala de aula invertida	Trabalho de campo Project based learning Sala de aula invertida Pesquisa Ação	Residência/consultoria/ Pedagogia da investigação Sala de aula invertida
Utilizada eventualmente	Filmes Observação prática World Café Teoria U	Palestrantes externos Exercícios Filmes Projeto prático World Café	EAD Visita técnica Design thinking World Café Debates	Trabalho de campo World Café EAD Visita técnica

Este quadro foi resultado de debates realizados no encontro especial dos Professores do DAP no ambiente da Associação Catarinense de empresas de Tecnologia (ACATE). Ele deve guiar os professores na organização de seus planos de ensino, servir como guia para a orientação pedagógica da Coordenação do Curso perante docentes efetivos e colaboradores, bem como parâmetro para decisões de capacitação docente de maneira transversal ou por nível.

Além destas estratégias didáticas, também foram apontadas outras que merecem atenção especial dos professores e exigem capacitação específica, promovida pelo Departamento:

Sala de aula invertida (<i>flipped classroom</i>) : coloca o aluno na condição de iniciativa ao primeiro passo na busca da construção da própria aprendizagem. O professor assume o papel de mediador, orientando a trajetória coletiva de aprendizado.
Pedagogia do projeto (<i>project based learning</i>) : é uma metodologia de construção, que tem objetivo de realização/concretização de projeto ou plano. Está apoiado na pedagogia da intencionalidade. Supõe a definição clara do próprio projeto, a subdivisão em etapas, o planejamento de ações, as fases de execução, etc.
Pedagogia da experimentação : metodologia para recriar situações reais, pelo controle e manipulação de variáveis.
Pedagogia da investigação : técnica pedagógica que utiliza os princípios da pesquisa para gerar a curiosidade e a busca do saber pela investigação.
Pedagogia do jogo (<i>gamefication</i>) : utilização de metas, pontos, competição e cooperação para potencializar o envolvimento na construção do conhecimento.
Ambiente eletrônico de projetos : ferramentas de apoio a gestão dos projetos desenvolvidos nas disciplinas, que permitem traçar tarefas, cronogramas, priorização, controle de riscos, entre outras atividades afetas a gestão do projeto.
Jogos digitais em ambientes educacionais : utilizar-se de jogos digitais nas disciplinas da grade do curso pelo caráter lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Em geral, a proposta do lúdico é o ensino agradável para os adultos que estão cursando Administração Pública, e por meio deste instrumento, pode-se ampliar as características humanas como afetiva, motora, moral e cognitiva. Os jogos digitais podem exercer uma influência no cotidiano educacional do curso, pois entende-se que o uso dessas tecnologias possibilita capturar o interesse do aluno na aplicação de uma metodologia lúdica.
Pedagogia da argumentação : utilização de técnicas de debate, defesa de ideias, contradição, réplica, tréplica em ambiente saudável para gerar diálogo e empatia.

Fonte: pesquisa realizada entre professores do DAP que receberam 50% ou mais de aprovação com base em lista de opções disponibilizada pelo professor Paulo Eduardo de Oliveira, em seminário de Metodologias Ativas promovida pelo CRA-SC, em Florianópolis, em 04 de maio de 2019.

É importante destacar que metodologias tradicionais como as aulas expositivo-dialogadas e os exercícios de fixação podem continuar sendo aplicadas pelos professores. No entanto, é papel do professor adaptar a estratégia didática de maneira a torná-la dinâmica, desafiadora, relacionada com casos atuais e que a cada semestre haja uma renovação dos exemplos e exercícios.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **M5ERT521**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

 **ARNALDO JOSE DE LIMA** (CPF: 537.XXX.619-XX) em 21/05/2020 às 18:01:48
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:43:28 e válido até 30/03/2118 - 12:43:28.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwMjcyNDdfMjc1OTZfMjAxOV9NNUVSDUyMQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00027247/2019** e o código **M5ERT521** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.